

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 387 - Ano XII - 26/03/2012 - ISSN 1981-8469



Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate



Elza Maria Campos:

O século XX representa o nascimento social da mulher

Vanderléia Pulga Daron:

O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais

Jacqueline Pitanguy de Romani:

A Constituição de 1988 foi um marco na história do Brasil

E MAIS

Dom Bernardo Bonowitz:
Monge trapista comenta o filme **Homens e Deuses**

José Maria Fernandes:
“Todo sagrado nasce de um encontro”

Memória. Aziz Ab’Saber:
um cientista e humanista inteiro. Depoimento de Miguel Trefaut Rodrigues

Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate

Nesta semana, já em clima de Semana Santa, na Unisinos haverá um espaço propício para ver, ouvir, sentir e experimentar algo diferente: arte, pinturas, ícones, imagens, filmes, testemunhos, música brasileira, além de Bach e Lizst, serão possíveis de curtir na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Estarão na Unisinos os artistas **José Maria Fernandes**, jesuíta, professor da PUC-Rio e **Clarice Jaeger**, conhecida por sua iconografia.

A semana marcará também a exibição, em várias sessões, do renomado filme *Homens e Deuses*, de **Xavier Beauvois**. O filme, baseado na dramática história de monges trapistas na Argélia, será comentado pelo monge trapista, americano de origem judaica, **D. Bernardo Bonowitz**, abade do Mosteiro Nossa Senhora do Novo Mundo, em Campo do Tenente-PR.

Nos dias subsequentes, **Johan Sebastian Bach** e **Franz Lizst** serão os mestres da música que possibilitarão a experiência do sublime com as audições comentadas da cantata *Was Gott tut, das ist wohlgetan* de J. S. Bach e da *Via Crucis* de Franz Lizst. “Experiência estética e

espiritualidade na música brasileira” é o tema da conferência da Profa. Dra. **Yara Caznok**, da UNESP a ser proferida na noite de quinta-feira. A Profa Yara Caznok também comentará as duas audições supra referidas.

As entrevistas de **José Maria Fernandes**, **Clarice Jaeger**, **Yara Caznok** e de **D. Bernardo Bonowitz** podem ser lidas na revista **IHU On-Line** desta semana.

O tema de capa desta edição debate as políticas públicas para as mulheres. Especialistas de diversas áreas do conhecimento discutem o tema: **Gilberto Kac**, professor titular do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e coordenador do Observatório de Epidemiologia Nutricional, **Marcella Martins Alves Teófilo**, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ, **Sueli Batista dos Santos**, jornalista, **Vanderléia Laodete Pulga Daron**, do Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição, **Elza Maria Campos**, coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres – UBM, **Fernando Lefevre**, professor da Universidade de São Paulo – USP, **Télia Negrão**,

cientista política, coordenadora da ONG Coletivo Feminino Plural, **Ro-sângela Angelin**, doutora em direito, professora do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus Santo Ângelo-RS. A socióloga e cientista política **Jacqueline Pi-tanguy de Romani**, ex-presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, contribui no debate com um artigo sobre a Constituição de 1988 como um marco nas conquistas das políticas públicas para as mulheres.

O artigo “Alguns cenários da TV no momento pós-digitalização” de **Luciano Correia dos Santos**, professor da Universidade Federal de Sergipe – UFSE e a entrevista com o sociólogo **Sílvio Camargo**, autor do livro *Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio*, completam esta edição.

A presente edição também recorda a memória de Aziz Ab’Saber, recentemente falecido. Para **Miguel Trefaut Rodrigues**, do Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da USP, Ab’Saber foi um cientista e humanista por inteiro.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura!



Instituto Humanitas Unisinos

Endereço: Av. Unisinos, 950, São Leopoldo/RS. CEP.: 93022-000 Telefone: 51

3591 1122 - ramal 4128. E-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU ONLINE

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).
 Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br).
 Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães MTB 0669451 (thamirism@unisinos.br).
 Revisão: Isaque Correa

(jcorrea@unisinos.br).
 Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.
 Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.
 Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Luana Taís Nyland e Natália Scholz.

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 05 **Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo:** Mulher e nutrição: questão de saúde pública
- 07 **Sueli Batista dos Santos:** A mulher empreendedora da atualidade
- 10 **Vanderléia Laodete Pulga Daron:** O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais
- 14 **Elza Maria Campos:** O século XX representa o nascimento social da mulher
- 17 **Fernando Lefevre:** Mulher e saúde pública: conquista individual e coletiva
- 19 **Rosângela Angelin:** A estética feminina como construção cultural
- 22 **Telia Negrão:** Direitos sexuais e reprodutivos da mulher
- 24 **Jacqueline Pitanguy de Romani:** A Constituição de 1988 foi um marco na história do Brasil

DESTAQUES DA SEMANA

- 27 **LIVRO DA SEMANA: Sílvio Camargo:** Trabalho imaterial e apropriação da subjetividade humana
- 32 **Memória - Aziz Ab'Saber (1924-2012) - Miguel Trefaut Rodrigues:** Um cientista e humanista inteiro
- 34 **COLUNA DO CEPOS: Luciano Correia dos Santos:** Alguns cenários da TV no momento pós-digitalização
- 36 **DESTAQUES ON-LINE**

IHU EM REVISTA

- 45 **José Maria Fernandes:** “Todo sagrado nasce de um encontro”
- 47 **Clarice Jaeger:** A transformação da oração em imagem
- 49 **Bernardo Bonowitz:** A Igreja feita de homens e de deuses
- 52 **Bach e Liszt.** Música para ouvir, meditar e rezar
- 54 **IHU REPÓRTER:** Vera Maria dos Santos Alves



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Mulher e nutrição: questão de saúde pública

“O grande desafio hoje é integrar ações de saúde que incentivem, apoiem e protejam as escolhas saudáveis”, avaliam Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“**E**xiste uma série de políticas públicas de alimentação e nutrição que foram implantadas no Brasil, algumas ainda vigentes, dentre as quais podemos citar: o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno; a Prevenção e Controle das Deficiências de Ferro, Iodo e Vitamina A; o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família; o Incentivo à Alimentação Saudável e à Educação Alimentar”, é o que constatam o pesquisador Gilberto Kac e a mestranda Marcella Martins Alves Teofilo, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Para ambos, o nosso país é marcado pela presença das doenças crônicas, tais como diabetes, obesidade, hipertensão arterial e síndrome metabólica, “juntamente com casos ainda presentes de desnutrição e doenças carenciais ligadas à má alimentação”, afirmam.

Gilberto Kac concluiu o doutorado em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP. Fez doutorado sanduiche na Uni-

versity of California, em Davis, e em 2011 completou o pós-doutorado na Universidade de Oxford. Atualmente é professor titular do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e coordenador do Observatório de Epidemiologia Nutricional dessa mesma instituição. Publicou mais de 75 artigos em periódicos nacionais e internacionais. Atua na área de epidemiologia nutricional do grupo materno e infantil. É editor associado dos Cadernos de Saúde Pública e também revisor de publicações especializadas, como a Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, Revista de Nutrição, Nutrition, Maternal and Child Nutrition, British Journal Nutrition, entre outras. Recentemente passou a integrar o conselho de diretores da Fundação Panamericana de Saúde e Educação – PAHEF (sigla em inglês).

Marcella Martins Alves Teofilo é nutricionista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as políticas públicas nutricionais existentes para a população feminina? O que falta ainda ser feito? E quais os principais desafios?

Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo – Existe uma série de políticas públicas de alimentação e nutrição que foram implantadas no Brasil, algumas ainda vigentes, dentre as quais podemos citar: o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno; a Prevenção e Controle das Deficiências

de Ferro, Iodo e Vitamina A; o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional; o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família; o Incentivo à Alimentação Saudável e à Educação Alimentar.

O nosso país é marcado pela presença das doenças crônicas, tais como diabetes, obesidade, hipertensão arterial e síndrome metabólica, juntamente com casos ainda presentes de desnutrição e doenças carenciais ligadas à má alimentação. O grande desafio hoje é integrar ações de

saúde que incentivem, apoiem e protejam as escolhas saudáveis.

IHU On-Line – Quais foram os resultados obtidos em seus trabalhos sobre televisão, tabaco e obesidade com as mulheres brasileiras?

Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo – Os resultados obtidos mostraram que assistir televisão com frequência igual ou maior que cinco vezes por semana pode aumen-

tar a prevalência de obesidade abdominal entre as mulheres que fumam.

IHU On-Line – De que maneira as mulheres podem ter uma alimentação saudável e como as políticas públicas femininas podem auxiliar nesse sentido?

Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo – Ter uma alimentação saudável não se restringe apenas a consumir alimentos *in natura*, mas tem relação com um acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

As políticas devem trabalhar no sentido de promover ações de saúde que respeitem a diversidade cultural e social, facilitando o acesso aos alimentos de qualidade nutricional. Devem também possibilitar que as mulheres do século XXI, que trabalham fora e cuidam da casa e da família, consigam se alimentar bem, independentemente da classe social ou da cultura a que pertençam. Um último aspecto, não menos importante, é a promoção da educação nutricional para a população, utilizando instrumentos e medidas que facilitem esse aprendizado e conhecimento.

IHU On-Line – Quais os principais desafios que as mulheres brasileiras enfrentam no que compete à saúde?

Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo – Os principais desafios enfrentados atualmente pela população feminina são a falta de tempo para produzir refeições saudá-

“O grande desafio hoje é integrar ações de saúde que incentivem, apoiem e protejam as escolhas saudáveis”

veis, o aumento no consumo de refeições prontas ou pré-prontas, lanches rápidos, elevado consumo de alimentos ricos em sódio, açúcar e farinha refinada e a diminuição da prática de atividades físicas. Esses e outros fatores têm contribuído para o aumento da incidência de doenças crônicas, tais como: hipertensão arterial, diabetes tipo 2 e também para o aumento da obesidade.

IHU On-Line – Qual a relação existente entre saúde mental e estado nutricional?

Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo – Ainda há bastante controvérsia sobre o impacto do estado nutricional na saúde mental. Nos últimos anos, alguns estudos têm procurado encontrar explicações para a relação do estado nutricional, mais especificamente a obesidade, com a saúde mental, particularmente a depressão. Essa relação abrange tanto fatores psicológicos como socio-

lógicos e biológicos. Não é tão fácil compreender essa relação, uma vez que tanto indivíduos com obesidade podem apresentar risco aumentado para depressão como indivíduos deprimidos podem apresentar um maior risco para ocorrência de obesidade.

Dessa forma, podemos dizer que não existe ainda uma resposta objetiva e clara para essa pergunta, sendo necessário desenvolver mais estudos longitudinais para investigar a direção de tal associação.

IHU On-Line – O nível de escolaridade e a classe econômica são fatores que influenciam a saúde e a educação alimentar das mulheres brasileiras?

Gilberto Kac e Marcella Martins Alves Teofilo – Sim. Estudos envolvendo Segurança Alimentar e Nutricional – realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Consea, 2004) – têm mostrado que menor renda familiar e menor escolaridade, entre outros aspectos, são fatores associados ao aumento significativo na frequência de algum grau de insegurança alimentar na família. Mulheres com maior poder aquisitivo e maior escolaridade têm maior acesso a uma alimentação de qualidade e a informações sobre alimentação saudável. Os resultados que revelaram, pela primeira vez, uma diminuição da obesidade feminina evidenciaram que isso acontece nas mulheres da região sudeste e das que possuem renda mais alta.

**Acesse o sítio do IHU em
www.ihu.unisinos.br**

A mulher empreendedora da atualidade

Para a jornalista Sueli Batista dos Santos, as mulheres ainda não possuem autonomia plena

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“**T**otal autonomia as mulheres ainda não possuem. No aspecto econômico, acredito que seja preciso potencializar as ações que promovam a equidade de gênero no mercado produtivo, pois não bastam apenas mudanças quantitativas dentro da população economicamente ativa”, afirma a presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil, Sueli Batista dos Santos, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para ela, muitas vezes, a mulher se submete a um processo contraditório em relação a sua efetiva conquista para ascender na carreira. “É claro que na construção de tal autonomia há exceções, e temos cases que nos remetem a acreditar que o caminho está sendo pavimentando, mas há ainda muita dependência”. No mercado de trabalho, por exemplo, continua Sueli, “a maioria das mulheres aceita remunerações mais baixas do que as oferecidas para os homens, para assim assegurar a

manutenção de sua fonte de renda e atuação formal”. E continua: “a mulher precisa ser incentivada a ingressar na formalidade, mas precisa também exigir salários iguais e participar mais efetivamente de políticas que visem um modelo de desenvolvimento com recorte de gênero”.

Sueli Batista dos Santos é jornalista e empresária na área de Comunicação e Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental. Tem MBA em Terceiro Setor e Políticas Públicas. É membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (ou Business Professional Women) – BPW Brasil, que tem como missão “agregar mulheres de negócios e profissionais, orientando e coordenando seu desenvolvimento pleno nas esferas de poder público e de mercado”.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as políticas públicas existentes que beneficiam as mulheres empreendedoras no Brasil?

Sueli Batista dos Santos

– São muitas as políticas públicas que beneficiam as mulheres empreendedoras. Tais políticas passam por programas de governo que estimulam a autonomia econômica feminina. Isso é muito amplo e ocorre, por exemplo, via educação (focada principalmente na capacitação técnica, incluindo-se o aprendizado na área de tecnologia); fomento e desenvolvimento dos negócios e atividades produtivas que visam geração de renda (via cooperativismo, associativismo, criação e formalização de microempreendimentos, acesso ao microcrédito produtivo

e demais serviços financeiros, que visam apoiar o desenvolvimento de atividades que geram emprego e ampliação de renda e fortalecimento de vínculos com o mercado produtivo, além de introdução a novas concepções de gestão).

IHU On-Line – Acredita que hoje as mulheres já possuem total autonomia? O que falta?

Sueli Batista dos Santos –

Total autonomia as mulheres ainda não possuem. No aspecto econômico, acredito que seja preciso potencializar as ações que promovam a equidade de gênero no mercado produtivo, pois não bastam apenas mudanças quantitativas dentro da população economicamente ativa. Muitas vezes, a mulher se subme-

te a um processo contraditório em relação a sua efetiva conquista para ascender na carreira. É claro que na construção de tal autonomia há exceções, e temos cases que nos remetem a acreditar que o caminho está sendo pavimentando, mas há ainda muita dependência. No mercado de trabalho, por exemplo, a maioria das mulheres aceita remunerações mais baixas do que as oferecidas para os homens, para assim assegurar a manutenção de sua fonte de renda e atuação formal. A mulher precisa ser incentivada a ingressar na formalidade, mas precisa também exigir salários iguais e participar mais efetivamente de políticas que visem um modelo de desenvolvimento com recorte de gênero.

IHU On-Line – Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e quais suas políticas públicas?

Sueli Batista dos Santos

– O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM é um colegiado consultivo e deliberativo e tem uma atuação muito abrangente, sendo que participa na elaboração de critérios e parâmetros para o estabelecimento e implementação de metas e prioridades que visem assegurar as condições de igualdade às mulheres. Inclusive, dentro das suas competências, consta a apresentação de sugestões para a elaboração do planejamento plurianual do governo federal, o estabelecimento de diretrizes orçamentárias e a alocação de recursos no Orçamento Anual da União, visando subsidiar decisões governamentais relativas à implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Muitos dos trabalhos do CNDM são desenvolvidos através das Câmaras Técnicas e o colegiado integra a estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR.

IHU On-Line – Como a sociedade civil se organiza em prol das políticas públicas para as mulheres?

Sueli Batista dos Santos

– O próprio Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, devido a sua composição, que conta com representantes da sociedade civil e do governo, já é uma demonstração do referido engajamento. Ou seja, há um corpo representativo de mulheres, dos diversos segmentos, inclusive as empreendedoras, representadas pela Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil. Além do CNDM, notamos que há na sociedade civil diversas entidades alinhando seus propósitos em prol das políticas públicas, inclusive desenvolvendo projetos para contribuir com a execução de programas de governo voltados à autonomia econômica da mulher. As entidades ligadas a movimentos feministas e de mulheres têm vital importância

“A educação é o melhor caminho para a cidadania”

nesse sentido, até mesmo porque têm uma trajetória na qual não deixaram suas representatividades somente em discursos, mas também na inserção de novos valores e práticas nas relações sociais, políticas e econômicas, sejam em níveis de espaços públicos ou privados.

IHU On-Line – Como analisa a posição das mulheres hoje nos negócios, comércio, profissões e na vida econômica?

Sueli Batista dos Santos

– No foco do empreendedorismo, a mulher está praticamente caminhando lado a lado com os homens. Vale lembrar, para legitimar o que estou falando, que em 2009 o estudo do Global Entrepreneurship Monitor – GEM revelou que as empreendedoras ultrapassaram com 53% os empreendedores, e no último estudo do GEM, em 2010, caíram para 49,3. Se for analisar 3% de erro, em pesquisas, pode-se chegar à conclusão de que há uma perfeita equidade de gênero nesse sentido. Outro dado que é animador e que contribui para a formalidade, é que nos números computados de empreendedores individuais no país em 2011 a mulher já deteve 45% do universo de registros. Na profissão, embora a mulher seja a que mais se sujeita à ocupação de empregos precarizados e de receber em média 30% a menos que os homens, elas têm aumentado suas ocupações em cargos executivos, de gestão e com alta remuneração. No que tange à forma de atuar no mercado, percebe-se que buscam participar mais de eventos para melhorar sua gestão, inclusive de feiras e missões comerciais no Brasil e no exterior. O momento é ainda de transição, mas há visivelmente avanços e temos o que comemorar.

IHU On-Line – De que forma a mulher empreendedora pode promover o exercício de cidadania?

Sueli Batista dos Santos

– Exercendo como qualquer pessoa os seus direitos civis, políticos e sociais. Só conhecendo e entendendo tais direitos é que se pode promovê-los. Especificamente tratando-se da mulher empreendedora, esta deve promover em seus negócios a igualdade de gênero, não colocando a mulher em condições desfavoráveis em níveis de cargos e salários, em relação aos homens.

IHU On-Line – Acredita que os principais objetivos da Política Nacional para as Mulheres ocorrem de forma eficiente no país?

Sueli Batista dos Santos

– Sem dúvida que acredito, mesmo porque vivencio e acompanho resultados nesse sentido, tanto no CNDM, na qualidade de conselheira, como à frente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil, que é parceira na execução de projetos inseridos nos programas de governo. Vale salientar que são prestadas, por exemplo, contas à sociedade brasileira dos legados deixados tanto pelo primeiro como pelo segundo Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres. Isso através de documentos no qual cada ação desenvolvida e parcerias construídas estão contidas. O conjunto de ações é grande e as áreas estratégicas de abrangência também. São experiências compartilhadas que valem a pena ser acessadas, e isso está no Portal do Governo, dentro da SPM/PR, www.sepm.gov.br. Vale a pena visitar e conhecer a gama de trabalhos e publicações originadas dentro dessa esfera.

IHU On-Line – Como são realizadas atualmente as políticas públicas para as mulheres empreendedoras no Brasil?

Sueli Batista dos Santos

– São desenvolvidas através de programas. Vou citar dentre eles, um que conheço muito bem, por atuar como uma das coordenado-

ras de projetos para sua implementação, que é o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher. Esse tem como objetivo estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. O Programa foi implantado, em 2007, contemplando cinco regiões, e já foram concluídas as etapas da região sudeste, representada pelo Rio de Janeiro; a centro-oeste, representada pelo Distrito Federal; a sul, representada por Santa Catarina. Atualmente está em fase de encerramento a região nordeste, representada por Pernambuco e a região norte, representada pelo Pará. O programa é desenvolvido através de convênios. São parceiros o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o Sebrae e a Federação de Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Brasil, em nível individual e através de suas organizações locais. Há ainda a parceria de governos municipais e estaduais e de outras redes locais. No projeto “Gênero, inclusão tecnológica e autonomia econômica da mulher pernambucana”, que a BPW Brasil criou para o referido programa, são realizados cursos de alfabetização digital, políticas públicas, empreendedorismo e educação financeira. O Sebrae ministra os cursos “Juntos somos fortes”, “Determinação empreendedora” e “Aprender a apren-

der”. Há muitos exemplos no país de ações concretas e com mensuração de resultados de programas que contribuem com o empreendedorismo da mulher brasileira.

IHU On-Line – De que maneira a mulher pode conquistar o seu espaço como cidadã?

Sueli Batista dos Santos –

Se você perguntasse como eu conquistei meu espaço como cidadã, eu lhe diria que foi buscando o conhecimento. Embora no meu caminho tenha havido muitas privações, obstáculos e busca pela superação, foi através da educação que eu tive as maiores conquistas na carreira profissional e como empresária. Portanto, respondo pela minha própria experiência que a educação é o melhor caminho para a cidadania, e quando isso está atrelado a uma consciência política, atuação em rede, principalmente aos movimentos que defendem os direitos das mulheres, em todos os níveis, a conquista da cidadania tem valor agregado, porque ela é plena.

IHU On-Line – Como assim? Em que sentido a cidadania pode ser considerada plena?

Sueli Batista dos Santos –

Foi esta plenitude que exerci quando votei de forma consciente; quando fiz meu juramento como jornalista; quando fundei a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais

– BPW Cuiabá; quando fui eleita presidente da BPW Brasil; quando participei com direito de voz e voto, em todas as conferências nacionais de políticas para as mulheres; quando passei a integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; quando fui uma das palestrantes no painel “Economia Verde e Responsabilidade Social Corporativa”, que aconteceu no Fórum Internacional sobre Mulher e Desenvolvimento Sustentável, em Pequim, a convite da All-China Women’s Federation; quando chefeei a delegação brasileira no Congresso da BPW Internacional, em Helsink, e falei sobre desenvolvimento sustentável; quando acompanhei na Itália as vencedoras da etapa Nacional do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, como uma das gestoras dessa importante premiação; quando acompanhei a ministra da SPM/PR na 55ª Reunião da Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW, na ONU, em Nova Iorque e, principalmente, quando ganhei do Senado o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz, entregue anualmente só para cinco mulheres brasileiras. Esse resultado eu não obteria se não fosse pela educação, mesmo porque nasci no seio de uma família humilde, na periferia de São Paulo. Mesmo se eu ganhasse sozinha na loteria, e não estudasse, eu não teria essas conquistas.

Orações Inter-religiosas Ilustradas
Apresentamos semanalmente uma oração de diferentes tradições religiosas, com ilustração.

Acesse em
www.ihu.unisinos.br

O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais

Uma das maiores conquistas da luta das mulheres trabalhadoras rurais, bem como seus movimentos e organizações no Brasil, que se transformaram em política pública, foi o reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural, comemora Vanderléia Laodete Pulga Daron

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Para Vanderléia Laodete Pulga Daron, uma das maiores conquistas da luta das mulheres trabalhadoras rurais, bem como seus movimentos e organizações no Brasil, que se transformaram em política pública, foi o reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural. “A partir desse reconhecimento profissional na Constituição Federal de 1988, as mulheres camponesas passaram a ter os direitos previdenciários, como a aposentadoria, ao conjunto dos trabalhadores rurais – homens e mulheres. Antes de 1988, somente o homem se aposentava com meio salário mínimo e a mulher só se aposentava depois da morte de seu marido. Atualmente mulheres e homens que comprovem sua profissão de trabalhadores (as) rurais se aposentam com um salário mínimo como Segurados Especiais da Previdência Social”, afirma, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Além disso, continua Vanderléia, o auxílio e o Salário Maternidade são conquistas importantes do ponto de vista de

Políticas Públicas para as mulheres. “Ademais, o direito à documentação pessoal e profissional às mulheres trabalhadoras rurais, bandeira de seus movimentos autônomos, atualmente vem sendo viabilizado através do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. Entretanto, muito há para ser feito para que as mulheres do campo e da floresta tenham a plenitude dos seus direitos assegurados”.

Vanderléia Laodete Pulga Daron é educadora popular e militante feminista junto do Movimento de Mulheres Camponesas e em grupos de mulheres trabalhadoras urbanas e catadoras de material reciclável. É filósofa e mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo – UPF e doutoranda em Educação com ênfase na saúde, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Coordena o Ensino no Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição (Escola GHC). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as políticas públicas existentes para as mulheres trabalhadoras rurais?

Vanderléia Laodete Pulga Daron – Uma das maiores conquistas da luta das mulheres trabalhadoras rurais, bem como seus movimentos e organizações no Brasil, que se transformaram em política pública, foi o reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural. A partir desse reconhecimento profissional na Constituição Federal de 1988, as mulheres camponesas passaram a ter os direitos previdenciários, como a aposentadoria, ao conjunto dos trabalhadores rurais –

homens e mulheres. Antes de 1988, somente o homem se aposentava com meio salário mínimo e a mulher só se aposentava depois da morte de seu marido. Atualmente mulheres e homens que comprovem sua profissão de trabalhadores (as) rurais se aposentam com um salário mínimo como Segurados Especiais da Previdência Social. Além disso, o auxílio e o Salário Maternidade são conquistas importantes do ponto de vista de políticas públicas para as mulheres. Ademais, o direito à documentação pessoal e profissional às mulheres trabalhadoras rurais, bandeira de seus movimentos autônomos, vem sendo viabilizado atra-

vés do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural.

Enfrentamento à violência

Vale destacar que o enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta é uma reivindicação dos movimentos e organizações das mulheres e vem fazendo parte da agenda política da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, por meio de estudos, da criação do Disque 180, do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, da campanha “Mulheres donas de suas vidas”, o Pacto de Enfrentamento à Violência e os instrumentos

para a implementação da Lei Maria da Penha. Entretanto, muito há de ser feito para que as mulheres do campo e da floresta tenham a plenitude dos seus direitos assegurados.

IHU On-Line – Quais as principais reivindicações das mulheres camponesas?

Vanderléia Laodete Pulga

Daron – As mulheres camponesas têm uma trajetória de muitas mobilizações, caravanas e marchas. Pode-se destacar Margarida Alves, trabalhadora rural e líder sindical assassinada; também as mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas, as dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, as da Via Campesina, as da Marcha das Margaridas. Essas e outras formas organizativas de mulheres que vêm lutando por:

a) Vida digna no campo e na floresta: que se materializa nas lutas pelo direito e acesso a terra, através da reforma agrária e fim do latifúndio, estabelecendo os limites de propriedade de terras no Brasil; por soberania alimentar e Projeto Popular de Agricultura Camponesa com distribuição de terra e renda, prioridade e investimento na produção de alimentos saudáveis, com base na agroecologia e sem agrotóxicos; proteção da água e da biodiversidade, investimentos e infraestrutura, crédito e apoio à pesquisa e inovação tecnológica; na defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, patrimônio da humanidade a serviço dos povos.

b) Ampliação da garantia de direitos humanos, sociais, previdenciários, trabalhistas e civis das mulheres: nesse eixo de lutas, há muitas reivindicações que vão desde o reconhecimento e valorização como mulheres e como trabalhadoras rurais até a implantação de um conjunto de políticas sociais, econômicas e culturais para garantia de:

- Saúde Pública a toda a população, com políticas específicas para a população do campo e da floresta e saúde da mulher respeitando os direitos sexuais e repro-

dutivos;

- organização coletiva do grupo familiar na construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista;

- construção coletiva de espaços de poder partilhado de mulheres e homens (decisão e implementação) tanto nos espaços privados como nos públicos;

- mudança nas relações humanas, construindo uma visão ampla e integral da vida, do ser humano e de desenvolvimento sustentável do planeta;

- respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, econômica, cultural, ecológica;

- valorização e reconhecimento do saber popular, fruto da herança e do conhecimento da vida camponesa;

- autonomia de camponesas e camponeses sobre o processo de trabalho, o corpo e sobre o seu modo próprio de vida;

- previdência pública e universal que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados das trabalhadoras bem como a ampliação de direitos sociais;

- documentação para que não exista “nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos” e ampliando esse direito a todos os membros da família;

- acesso à educação pública, de qualidade, libertadora, emancipatória e não sexista, voltada à realidade camponesa e de cada região, efetivada junto às trabalhadoras e trabalhadores que vivem no campo, com o princípio da construção da consciência emancipatória, valorizando e incentivando o saber popular. Isso é possível através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização, com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus e universidade pública do campo;

- acesso aos direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social;

- moradia digna, saneamento, luz e estradas para facilit-

tar as condições de vida no campo. E lazer, com direito ao acesso de atividades culturais nas comunidades rurais (cinema, teatro, esportes...);

- investimento público na pesquisa, ciência e tecnologias a serviço da vida, adequadas às necessidades da agricultura camponesa agroecológica (conhecimento e equipamentos tecnológicos, populares e científicos) e que facilitem o trabalho humano;

- políticas públicas de combate à violência e proteção de mulheres e crianças;

- política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa para os trabalhadores da cidade e entidades públicas.

c) Participação política da mulher e autonomia: esta é uma reivindicação que passa pela participação, valorização e autonomia da mulher em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias, de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato, na construção de um projeto popular para o Brasil. Além disso, a garantia de autonomia econômica, política e a não mercantilização do corpo das mulheres com o fim de todas as formas de violência (sexual, física, psicológica, estrutural,...), opressão, discriminação e dominação praticada contra as mulheres e a classe trabalhadora.

IHU On-Line – Como percebe o alcance de leis como a Maria da Penha? Acredita que chega a todas as classes de mulheres?

Vanderléia Laodete Pulga

Daron – A Lei Maria da Penha é uma conquista muito importante para o enfrentamento da violência contra as mulheres. É um instrumento que vem possibilitando às mulheres denunciarem a violência. Mas ainda é necessária a construção de infraestrutura e equipamentos públicos para dar suporte às mulheres vítimas. No caso das mulheres do campo e da floresta, esses equipamentos praticamente não existem

e as dificuldades de deslocamento e acesso são alguns dos entraves para a efetivação desta lei. As mulheres empobrecidas das periferias urbanas também têm dificuldades de acessá-la. O esforço da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e as secretarias e/ou coordenadorias da mulher nos estados e municípios vêm contribuindo na viabilização desses mecanismos para que as mulheres tenham condições de viver sem violência.

IHU On-Line – A senhora diz que a violência atinge a todas as mulheres, mas a forma de encará-la é diferenciada. Então, acredita que para as mulheres empobrecidas é mais difícil enfrentar a violência? Por quê?

Vanderléia Laodete Pulga Daron – A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial e perpassa todas as classes sociais, gerações, orientações sexuais e se dá tanto nas mulheres que vivem nas cidades como nas que vivem no campo e na floresta. Ela se evidencia tanto em dados informais ou denúncias formais como em relatos de vida. Sabemos que a ausência de dados e informações compartilha o silêncio e a invisibilidade da dor sofrida em situações de abuso e violação de direitos pelas mulheres. Isso em todo o mundo. Essa engrenagem social é uma realidade que se apresenta de múltiplas formas sob a ótica patriarcal e capitalista, no contexto histórico atual. Além disso, a violência é uma prática cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, causando muita dor, sofrimento e lágrimas, ferindo a dignidade e a vida de muitas pessoas. Ela é sempre uma demonstração de poder contra uma pessoa, grupos, comunidades ou classe social e com impactos danosos para a humanidade. Contudo, ela se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres.

Violência

A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade em que as relações pessoais afetivas estão fundamentadas não nos sentimentos e no afe-

to, mas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher. E é isso que, em via de regra, garante ao homem o poder de violentar uma mulher, uma vez que a considera sua propriedade.

A naturalização da violência precisa ser rompida

A violência por parte do sistema capitalista patriarcal e a modernidade se expressam em todas as esferas da vida das mulheres e acabam se reproduzindo no cotidiano como algo natural. E é essa naturalização que precisa ser rompida, pois se constitui num núcleo ideológico que legitima e reproduz a violência. Apesar de atingir as mulheres de todas as classes sociais, a forma de enfrentá-la é diferente pelas condições objetivas, como a dependência econômica, a falta de acesso à educação, aos serviços de saúde para acompanhamento psicológico, a falta de equipamentos públicos, como creches para o cuidado das crianças; as dificuldades de acesso aos órgãos públicos, como casas de apoio às mulheres vítimas de violência; apoio jurídico, a demora para comprovar o flagrante no caso da violência, entre outras dificuldades que as mulheres empobrecidas enfrentam. O que revela quão é difícil romper com esse ciclo da violência, especialmente porque o agressor, na maioria das vezes, é o homem com quem a mulher tem laços de afeto e de vida conjugal. Por isso, as várias iniciativas públicas e/ou de movimentos e organizações de mulheres em andamento, todas visando o fim da violência contra as mulheres, é um chamado para provocar uma mudança social, cultural e política; particularmente, um chamado para a mudança em nossos povos, comunidades e organizações, em nossos lares e famílias. É um assunto doloroso, mas deve levar-nos a construir uma nova cultura para superar as relações de desigualdade entre homens e mulheres.

IHU On-Line – Quais são os maiores desafios que as mulheres camponesas enfrentam atualmente?

Vanderléia Laodete Pulga Daron – As mulheres camponesas enfrentam desafios estratégicos, como a resistência para viver e morar no campo num contexto marcado pela disputa de territórios. A terra, as florestas, a água e a biodiversidade estão sendo ameaçadas pelos interesses econômicos e as mulheres camponesas, indígenas e das comunidades tradicionais e quilombolas, sentem no seu cotidiano a dureza dessa disputa centrada na visão mercantil e capitalista das várias formas de vida. Por isso a luta pela terra e pela preservação das riquezas e bens naturais vêm sendo um dos desafios que as mulheres do campo e da floresta enfrentam. Além disso, o desafio de construção de um novo projeto de agricultura camponesa baseado na agroecologia também ganha força na luta das mulheres. Aliado a esses, o enfrentamento à cultura patriarcal opressora que se entrelaça com o capitalismo, com a violência. A exploração e a discriminação constitui um desafio estratégico para todas as mulheres que acreditam na possibilidade de viver numa sociedade centrada na vida, na justiça e na dignidade.

IHU On-Line – Há um novo modo de viver no campo? Como as mulheres vivem no mundo rural e qual a implicação disso em seus modos de vida?

Vanderléia Laodete Pulga Daron – Ao desenvolver a pesquisa de mestrado junto do Movimento de Mulheres Camponesas em 2003, chamou-me atenção, na região litorânea do Rio Grande do Sul, ao visitar um grupo de mulheres camponesas que estavam reunidas, um cartaz na parede com o nome de sete mulheres do grupo que haviam morrido nos últimos anos. Uma das líderes, ao se referir à saúde das mulheres, fez alusão ao cartaz enfatizando as verdadeiras causas da morte de cada uma: *“Estas foram companheiras que morreram por causa do machismo e escravidão, agrotóxicos e medicamentos qui-*

micos. Uma delas, o marido era tão egoísta e machista que, como ele sabia que tinha câncer de intestino e ia morrer logo, enquanto teve forças, matou a mulher a pauladas e depois se matou, para não dividi-la com os filhos e com o grupo de mulheres” (Entrevista com L.M.P.D., DARON, VLP, 2003).

O modo de vida no campo precisa ser repensado

As histórias de vida, os depoimentos, as histórias que são contadas, ao revelarem a dura realidade em que se encontram as mulheres, especialmente as trabalhadoras rurais, evidenciam a necessidade de se repensar a saúde da mulher e da família no meio rural, ao mesmo tempo em que é preciso repensar o modo de vida no campo. A dureza cotidiana vivida pelos camponeses, homens e mulheres, no processo produtivo agrícola a que são submetidos no contexto histórico-atual, e das mulheres, além de vivenciarem o mesmo processo dos homens, têm acrescidos os impactos da reprodução humana, da força de trabalho e cultural. O espaço familiar, visto como aquele em que as pessoas buscam segurança, afeto, carinho, tem sido para muitas mulheres o recanto da violência física e psicológica, associada à sobrecarga de trabalho e de responsabilidades não valorizadas pela sociedade, bem como às duras formas de preconceito, discriminação e tabus que cercam o cotidiano de cada mulher que vive e mora na roça. Depoimentos, cartas, histórias contadas pelas mulheres nos encontros, nos grupos de mulheres, nos trabalhos em conjunto, demonstram o quanto essa condição produz medo, ansiedade, angústia, sentimento de culpa e impotência diante da realidade. As mulheres vão desvelando essa face oculta à medida que vão participando do Movimento de Mulheres, que vem se constituindo num espaço de acolhimento, de valorização, de reconhecimento da mulher como ser humano e sujeito político e social. Por isso, a dura realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadoras rurais se

“Uma das maiores conquistas da luta das mulheres trabalhadoras rurais foi o reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural”

constituiu na matriz da emergência da luta por saúde nesse movimento. Essa condição é que leva as mulheres a se organizar, lutar e a buscar, através da luta social, saúde e um novo modo de viver e de se relacionar.

IHU On-Line – De que maneira a agroecologia pode ser uma alternativa para o melhor desenvolvimento rural e urbano?

Vanderléia Laodete Pulga Daron – A terra é um planeta que vem revelando não suportar mais tanta exploração e os recursos naturais vão se esgotar. É preciso aprender com a cosmovisão dos povos nativos onde o ser humano deve ser um jardineiro que cuida do jardim da vida para nós e as futuras gerações. A perspectiva agroecológica é fundamental para se repensar o desenvolvimento rural e urbano sob novos paradigmas e já é uma realidade em muitas famílias camponesas no Rio Grande do Sul e no Brasil, assim como em grupos e iniciativas de agricultura urbana ecológica.

Pensar e construir no cotidiano experiências centradas nos princípios da agroecologia são sinais de que é possível e viável

o desenvolvimento rural e urbano que preserve a natureza, produza alimentos saudáveis e garanta melhores condições de vida no campo e na cidade. São outros paradigmas de vida, de desenvolvimento, de produção de conhecimento e de inovação tecnológica que brotam e se referenciam nessas experiências. Significa repensar o campo e a cidade como formas de viver de forma mais feliz e saudável, com a mudança de culturas e formas de viver e se relacionar entre os seres humanos e esses com as outras formas de vida no planeta. A construção das cidades como lugar bom de viver, morar e trabalhar, um lugar para todos e todas, e não somente para o bem estar de alguns em detrimento da fome e miséria de grande parte da população que vive nas periferias das cidades. Isso representa um novo projeto de desenvolvimento pautado nos valores de justiça, solidariedade e igualdade, respeitando as diferenças. Alguns sinais de que outro mundo é possível vêm emergindo das lutas populares, de gênero, étnico-raciais, de classe, de orientação sexual, geracional...

IHU On-Line – A alternativa agroecológica já vem sendo utilizada por mulheres camponesas?

Vanderléia Laodete Pulga Daron – Sim. Em muitos estados do Brasil e de outros países em que as mulheres estão organizadas, a agroecologia vem sendo utilizada por camponesas no resgate das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, na produção de alimentos saudáveis feitos de forma ecológica (sistemas agroflorestais), na preservação de fontes, nascentes, mata ciliar, biomas e da biodiversidade, bem como no manejo do solo, dos animais e das formas sustentáveis de vida no campo. São experiências de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio que simbolizam e são sinais de que outro modo de viver, produzir e se relacionar no campo e na floresta é possível, viável e promotor da sustentabilidade.

O século XX representa o nascimento social da mulher

Com a Constituição Federal de 1988, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”

Por THAMIRIS MAGALHÃES

Um fator que modificou completamente o papel da mulher na sociedade contemporânea foi a introdução do princípio da igualdade presente na Constituição Federal de 1988, que alterou, entre outras coisas, o conceito anterior fincado na referência ao “homem”. “O emprego da palavra ‘pessoa’ amplia o âmbito e insere a mulher. Essa mudança considera os avanços presentes na Constituição Federal de 1988, que estabelece que ‘homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações’”, afirma Elza Maria Campos, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ela, no novo Código, as mulheres são vistas como cidadãs, sujeitas de direitos e deveres. “Agora a mulher, ao casar, não apenas ‘assume a condição de companheira do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta’ (art. 240 do Código de 1916), mas passa a exercer direitos e deveres baseados na comunhão plena de vida e na igualdade entre os cônjuges”, diz. Nessa nova legislação, continua Elza, há um capítulo sobre “os direitos da personalidade” – por exemplo, o direito à integridade do corpo, o direito ao

nome, o direito à privacidade etc. “Vários abusos foram excluídos. Mulher nenhuma tem mais que provar sua virgindade. Nesse código, mulheres e homens são iguais e ambos podem opinar sobre todas as questões da família, acabando com a ‘chefia da sociedade conjugal’ que era exercida apenas pelo homem”.

Elza Maria Campos é coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres – UBM e assessora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialização pelas Faculdades Integradas Espírita e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora nas Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil em Curitiba-PR. É coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres, integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Estadual da Mulher do Paraná. É da direção do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná – CRESS – 11ª Região. Tem atuação no campo das Políticas Públicas com ênfase nas questões de trabalho e gênero.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A União Brasileira de Mulheres nasceu sob o símbolo da luta pela igualdade de gênero e pela emancipação da mulher. Como vê o andamento dessas duas causas na sociedade contemporânea?

Elza Maria Campos – Entendemos que a luta pela igualdade de gênero avançou em nossa sociedade, considerando a luta do movimento feminista e de mulheres ao longo do século XX, em especial aquele movimento de mulheres que emerge na década de 1960 e que teve o mérito de introduzir na agenda política questões que estavam antes restritas à esfera, supos-

tamente despolitizada e neutra, da vida privada, trazendo para o debate público temas como sexualidade e corpo feminino. Necessário evidenciar que esse movimento já lutava por liberdades democráticas em um país em que os direitos libertários foram usurpados pela imposição da ditadura militar de 1964, quando o movimento de mulheres teve papel central na luta pela liberdade. A luta pela igualdade de gênero passa a ser colocada como central na luta das mulheres pelo reconhecimento de sua condição de cidadãs e sujeitos de direitos, capazes de decidir sobre as próprias vidas.

Luta pela igualdade de gênero

Embora em pleno século XXI tenhamos conquistado uma Secretaria de Políticas para Mulheres, uma presidenta da República, várias ministras, uma lei que previne e pune a violência contra a mulher, o resultado positivo dos índices da inserção das mulheres nas universidades, inclusive em cursos que antes era do domínio masculino, ainda convivemos com desigualdades, seja no campo econômico, do trabalho, na cultura, no parlamento, entre outros. Avançamos, sim, mas ainda temos muito a caminhar para alcançar a igualdade de gênero. Entendemos

que a luta pela igualdade de gênero está entrelaçada com a luta pela emancipação da mulher. Avaliamos que é na luta concreta, no cotidiano, na luta contra a alienação imposta pelo modo de produção capitalista, que conquistaremos a emancipação da mulher. Quanto mais liberdade de expressão, de organização e de manifestação, mais consciência de seu papel na sociedade, mais as mulheres conquistarão a liberdade. Mas entendemos que a verdadeira emancipação da mulher só ocorrerá em uma nova sociedade, erguida e regida pelas mulheres e pelo conjunto dos trabalhadores. Porém, mesmo em uma nova sociedade, será necessário romper com as amarras culturais machistas e patriarcais que impedem a verdadeira emancipação social.

IHU On-Line – De que maneira os movimentos sociais podem contribuir para uma melhor política pública às mulheres e qual a contribuição da União Brasileira de Mulheres nesse sentido?

Elza Maria Campos – De fato, os movimentos sociais realizam e têm um papel histórico maior do que simplesmente revelar as tensões e contradições sociais de cada momento histórico. Acima de tudo, eles são um importante instrumento para revelar a realidade de opressão e exploração das classes subalternas.

IHU On-Line – Quais as principais mudanças introduzidas pelo Código Civil brasileiro em relação à atuação da mulher no casamento?

Elza Maria Campos – Importante registrar que o Código Civil anterior mantinha elementos profundos de subordinação e da visão da mulher como propriedade masculina. É necessário evidenciar que essa mudança veio acompanhada de um processo de luta histórica do movimento de mulheres, ou seja, foram mais de 80 anos de luta.

Constituição Federal de 1988: avanços para as mulheres

A introdução do princípio de

“Avançamos, sim, mas ainda temos muito a caminhar para alcançar a igualdade de gênero”

igualdade presente na Constituição Federal de 1988 muda o conceito anterior fincado na referência ao “homem”. O emprego da palavra “pessoa” amplia o âmbito e insere a mulher. Essa mudança considera os avanços presentes na Constituição Federal de 1988, que estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. No novo Código, as mulheres são vistas como cidadãs, sujeitas de direitos e deveres. Agora a mulher, ao casar, não apenas “assume a condição de companheira do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta” (art. 240 do Código de 1916), mas passa a exercer direitos e deveres baseados na comunhão plena de vida e na igualdade entre os cônjuges. A mudança na linguagem é fundamental, pois deixamos de ser uma “sombra” do homem. Sempre defendemos a utilização do gênero humano para compreensão do papel de homens e mulheres no processo histórico e o Código avança ao colocar o termo “pessoa”. Nessa nova legislação há um capítulo sobre “os direitos da personalidade” – por exemplo, o direito à integridade do corpo, o direito ao nome, o direito à privacidade etc. Vários abusos foram excluídos. Mulher nenhuma tem mais que provar sua virgindade. No Brasil, nos anos 1960 e mesmo 1970 do século XX, bem recentemente, se uma mulher com idade inferior a 21 anos “fugia para casar”, mesmo que não tivesse consumado a relação carnal, tinha que casar para não ficar isolada ou negligenciada à solidão e estigmatizada como “prostituta”. No código

atual, nenhuma mulher tem mais que provar “honestidade” para ter direito à herança paterna. Isso para chamar a atenção que o termo “honestidade” tem uma marca histórica para as mulheres, que deveriam ser recatadas, quietas, sendo que para os homens representa sua atuação no mundo público, no mundo dos negócios. Outra questão refere-se à decisão de incluir ou não o sobrenome do companheiro em seu nome. Agora, o marido também poderá acrescer ao seu nome o nome da esposa. Ou ainda continuarem com os nomes de solteiros. Nesse código, mulheres e homens são iguais e ambos podem opinar sobre todas as questões da família, acabando com a “chefia da sociedade conjugal” que era exercida apenas pelo homem. Com relação à direção da sociedade conjugal, a mulher deixou de ser apenas uma colaboradora do marido, que tinha a chefia da família. Agora, a direção da sociedade conjugal passa a ser exercida por ambos, marido e mulher. E deve ser respeitado, em primeiro lugar, o interesse do casal e dos filhos. Se houver alguma divergência, qualquer um dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá considerando os interesses do casal e dos filhos. Além disso, o princípio da igualdade estabelece, também, as obrigações para com as despesas de sustento da família e a educação dos filhos, que são obrigações tanto do homem como da mulher. Essa obrigação deve ser cumprida, qualquer que seja o regime patrimonial. Parece estranho que em pleno século XXI estejamos comemorando essas mudanças, uma vez que na vida cotidiana muitas mulheres têm exercido sozinhas o cuidado com os filhos e, quando assumem a “chefia” da família, o fazem realmente só, diferente do homem que, quando “chefe” da família, na esmagadora maioria das vezes, tem a companheira como importante pilar no cuidado dos filhos e na atenção ao estafante trabalho doméstico.

IHU On-Line – Quais foram os principais avanços adquiridos pelas mulheres no que compete às mudanças nos di-

reitos trabalhistas?

Elza Maria Campos – Seria difícil imaginar que quando as feministas há mais de 100 anos lutavam pelo direito à educação e ao voto, estaríamos hoje com os índices de ocupação dos postos de trabalho no Brasil chegando quase a metade da força de trabalho brasileira e em ocupações até então não permitidas às mulheres como motoristas, engenheiras, operárias da construção civil, trabalhadoras rurais, comandante de avião, etc.

Licença maternidade

Um direito que deve ser mencionado refere-se à licença maternidade concedida à mulher que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança. Essa licença será concedida de acordo com a idade da criança adotada. Assim, a mãe que adotar criança até um ano de idade terá direito à licença de 120 dias; de mais de um ano até quatro anos, terá direito à licença de 60 dias; e de quatro até oito anos, terá direito à licença de 30 dias.

O trabalho doméstico como vital para a organização da vida da sociedade, que representa o cuidado dos afazeres domésticos, da alimentação, das vestimentas da família e que se ele não acontece desorganiza a própria vida social laboral em geral, ficou de fora da Constituição de 1988. Sabemos que a discriminação, a herança escravista, a evidência racista, fortemente presente em nossa sociedade e muitos outros motivos arraigados em nossa cultura, apartaram os direitos trabalhistas dessas milhares de mulheres trabalhadoras brasileiras.

Destacamos o recente tratado internacional que prevê mudanças como pagamento de FGTS, seguro-desemprego e hora extra, que agora o Brasil adotou. É preciso ainda levar em conta que muitas mulheres são chefes de família no Brasil e que isso se trata de uma conquista recente, a exemplo do direito à aposentadoria rural.

IHU On-Line – Quais as políticas públicas existentes para as mulheres que sofrem violência sexual?

Elza Maria Campos – É ne-

“A questão feminina é uma questão social e só como tal poderá ser resolvida”

cessário destacar que a violência sexual insere-se no entendimento da violência de gênero, decorrente das relações de classe, gênero e étnico-raciais, sendo decorrente de um sistema de dominação e de exploração manifesto nas relações de poder. Essa violência de gênero se expressa de diferentes formas, em particular na violência doméstica e conjugal.

Vivemos num país patriarcal e machista no qual a violência contra as mulheres e meninas ainda é naturalizada. Temos de reagir a isso. Há poucos anos os casos de violência passavam despercebidos. Hoje, as pessoas têm auxiliado as mulheres a procurar apoio. A existência da lei “desnaturaliza” a violência e, com isso, as pessoas se tornam mais ativas, ajudando as mulheres a pedir proteção.

Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, importante instrumento que previne e coíbe a violência doméstica e entre essas a violência sexual, que foi conquista após mais de 40 anos de lutas do movimento feminista e de mulheres, é um instrumento na luta pelo fim da violência contra as mulheres e meninas. Por isso precisamos estar vigilantes à sua efetiva aplicação, para que aumente o número de juizados especializados e de serviços de atendimento às vítimas em agressores. Isso porque, sem isso, contamos apenas com a parte repressiva da lei e isso não é suficiente para garantir a integridade e dignidade das vítimas.

IHU On-Line – Quais foram os principais avanços adquiridos pelas mulheres no que se refere aos seus direitos políticos?

Elza Maria Campos – As mulheres brasileiras saíram às ruas massivamente, ao longo do século XX, em favor de igualdade de direitos e conquista da cidadania plena. A luta era por visibilidade e reconhecimento da mulher como sujeito político. Estava posta a necessidade de problematizar as questões femininas a partir de uma lógica que pudesse historicizar a origem da propriedade privada, da desigualdade entre os sexos, tendo como esteio a divisão sexual do trabalho e o aprofundamento das desigualdades com o advento do capitalismo. Esse movimento conseguiu, através de duras batalhas no último século, dar visibilidade à luta contra o patriarcado e o sexismo, questionando a inferiorização e a subordinação das mulheres, personagens invisibilizadas e esquecidas em nossa história.

Primeira mulher na presidência da República

Não poderíamos deixar de mencionar o ineditismo da eleição da primeira mulher para a presidência da República. Tivemos também um aumento de ministras de Estado e em presidência de empresas e órgãos públicos, como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e na Petrobrás. Grande avanço! Mas a representação parlamentar ainda é sofrível. Nos municípios, as mulheres são atualmente menos de 10% das chefias das prefeituras. Nas Câmaras Municipais, as mulheres formam cerca de 12% dos vereadores. Na Câmara Federal, são apenas 9% das vagas e 13,5% no Senado. Já nas Assembleias Legislativas, o percentual é de 12% das vagas. Além disso, no ranking mundial da representação parlamentar feminina, o Brasil está em 111º lugar, enquanto a Argentina está em 11º.

80 anos do direito de voto feminino

Mas, em 2012, quando se comemoram os 80 anos do direito de voto feminino, haverá eleições municipais. A Lei de Cotas determina que os partidos inscrevam pelo menos 30% de candidatas de cada sexo e dê apoio financeiro e espaço no programa eleitoral gratuito para as mulheres. Precisamos estar atentas a esta realidade.

Mulher e saúde pública: conquista individual e coletiva

Para Fernando Lefevre, a saúde não deve “nunca ser vista como algo a ser comprado, mas a ser conquistado individual e coletivamente pela identificação e superação das causas básicas do adoecimento”

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Para o professor titular aposentado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP, a mulher frequentemente foi vista pela saúde pública no Brasil como mãe e as políticas públicas dirigiram-se muito fortemente para isso. “Hoje, tal panorama está mudando e deveria mudar mais fortemente e mais radicalmente considerando que a mulher é muito mais do que mãe (sendo que inclusive deve ter o direito de não querer ser mãe)”, diz, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo o docente, a mulher, para a saúde pública, deveria ser trabalhadora, portadora de sexualidade própria e nunca ser inferior ao homem ou reduzida às funções domésticas. “Outro aspecto importante que evoluiu positivamente foi a assistência à mulher vítima de violência do

parceiro ou companheiro”, completa.

Fernando Lefevre tem graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo – USP, mestrado em Semiótica pela Universidade de Paris – Sorbonne e doutorado em Saúde Pública pela USP. Atualmente é professor titular aposentado da Faculdade de Saúde Pública da mesma instituição. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação social em saúde, promoção de saúde, discurso do sujeito coletivo, pesquisa qualitativa, representação social da saúde e da doença e metodologia qualitativa. É criador do método do Discurso do Sujeito Coletivo e dos softwares Qualiquantiso e QLQOnline. Tem bolsa de produtividade do CNPq. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como está sendo realizada a política de saúde pública para as mulheres no Brasil? Quais os desafios e os avanços já ocorridos?

Fernando Lefevre – A mulher foi tradicionalmente vista pela saúde pública no Brasil como mãe e as políticas públicas dirigiram-se muito fortemente para isso. Hoje, tal panorama está mudando e deveria mudar mais fortemente e mais radicalmente considerando que a mulher é muito mais do que mãe (sendo que inclusive deve ter o direito de não querer ser mãe). A mulher, para a saúde pública, deveria ser trabalhadora, portadora de sexualidade própria e nunca ser inferior ao homem ou reduzida às funções domésticas. Outro aspecto importante que evoluiu positivamente foi a assistência à mulher vítima de violência do parceiro ou companheiro.

IHU On-Line – Em sua pesquisa intitulada “Gravidez adolescente e pílula do dia seguinte: desvelando seus sentidos entre os adolescentes”, quais foram os principais resultados obtidos?

Fernando Lefevre – A pesquisa, graças à metodologia adotada (o Discurso do Sujeito Coletivo e as perguntas na forma de pequenas histórias), mostrou resultados muito diversificados na população de jovens (300, entre moças e rapazes de 12 a 20 anos da zona sul da cidade de São Paulo), valendo destacar que a maioria deles considera que a gravidez na adolescência representa uma carga significativa a ser evitada na medida em que interfere nos planos de crescimento pessoal e colocação profissional. Nesse sentido, pode-se dizer que a pílula do dia seguinte representa uma solução vista pela maioria

como adequada para postergar o nascimento do filho.

IHU On-Line – Como vê a utilização da pílula do dia seguinte? De que maneira a religiosidade interfere nessa perspectiva?

Fernando Lefevre – A pílula do dia seguinte é uma boa e prática estratégia para prevenir a gravidez indesejada em situações em que ocorreu sexo desprotegido. A religião (notadamente a católica) se opõe a seu uso (e a de outros) métodos porque não sabe lidar adequadamente com a sexualidade.

IHU On-Line – A seu ver, qual a melhor forma de as mulheres terem seus direitos preservados?

Fernando Lefevre – Lutando pela sua autonomia como seres humanos.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios para a construção da igualdade entre gêneros e raças?

Fernando Lefevre – Um dos principais desafios é o machismo ainda fortemente predominante entre nós e os diversos tipos de preconceito característicos de sociedades elitistas e conservadoras.

IHU On-Line – De que maneira a sociedade civil pode se engajar na luta pelo direito à saúde? E qual o papel da mulher nesse sentido?

Fernando Lefevre – O direito à saúde deve ser visto muito mais amplamente do que o mero direito à assistência de saúde. E a luta da mulher pela sua autonomia é fundamental para a conquista do direito à

saúde no sentido mais amplo.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a questão da obesidade cada vez mais presente em jovens de nossa sociedade hoje?

Fernando Lefevre – Penso que a obesidade não é simplesmente uma questão de regime de emagrecimento nem muito menos popularização de cirurgia bariátrica. Não acho que exista uma política adequada para lidar de modo mais amplo com o problema.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios das mulheres, no que compete à sua saúde atualmente?

Fernando Lefevre – A busca da sua autonomia como gênero hu-

mano próprio para além do sexo.

IHU On-Line – De que maneira os movimentos sociais feministas podem contribuir para garantir seus direitos à saúde?

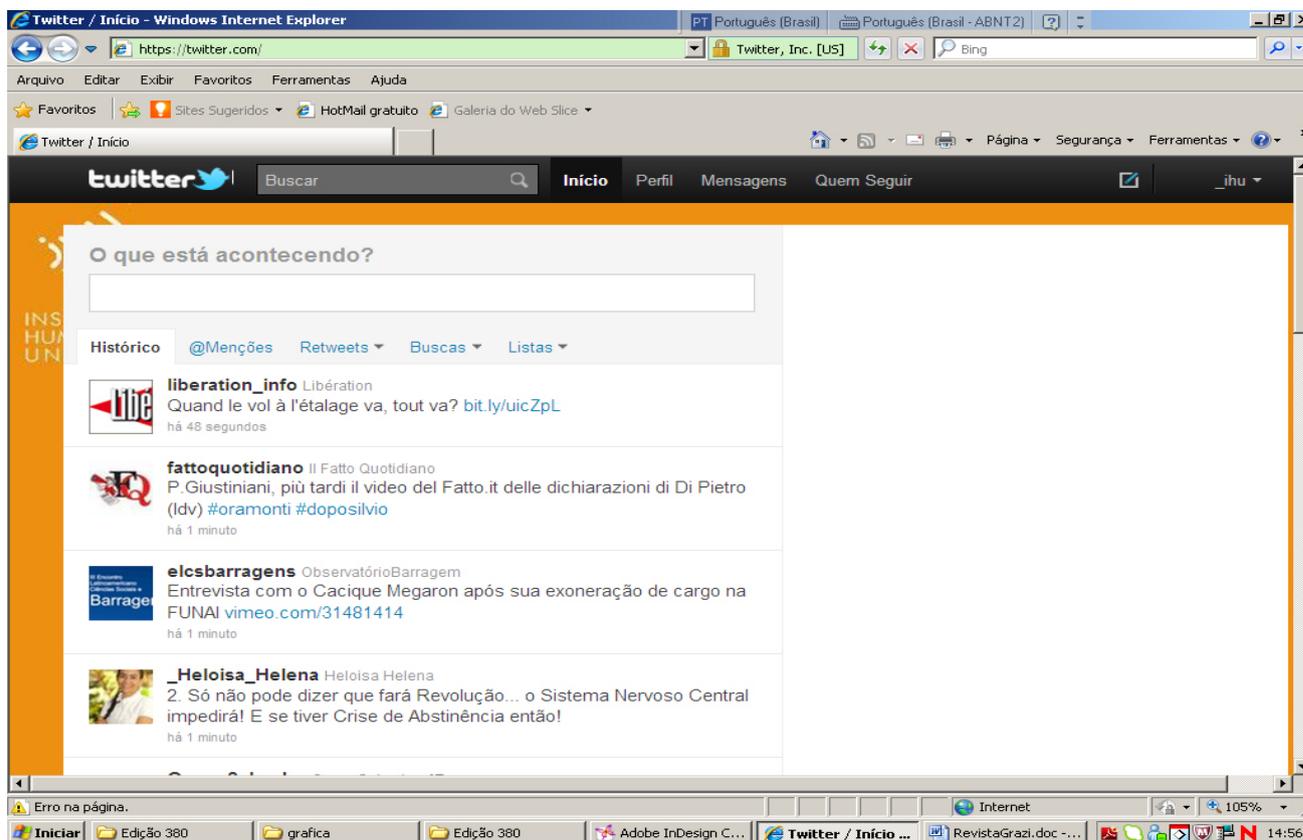
Fernando Lefevre – Quando o feminismo não for considerado uma postura anti-homem.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Fernando Lefevre – Que a saúde não deve nunca ser vista como algo a ser comprado, mas a ser conquistado individual e coletivamente pela identificação e superação das causas básicas do adoecimento.

SIGA O IHU NO TWITTER:

_IHU



A estética feminina como construção cultural

No mundo ocidental, as mais bonitas e bem vestidas são as que mais se destacam, frisa Rosângela Angelin

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Existem várias concepções históricas sobre as mulheres ao longo dos milênios. “Assim, a condição da mulher, na atualidade, em termos de ‘estética corporal’, é resultado de uma construção cultural. A beleza, em sua própria essência, é algo muito relativo”, avalia Rosângela Angelin na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Prova disso é que os padrões de beleza foram se modificando e diferem entre si, dependendo da cultura de cada nação. Quando observamos o papel da mulher na sociedade da Idade Média, no mundo ocidental, percebemos, de forma clara, que a mesma coisa ainda hoje perdura, com raras exceções”, reflete. Para ela, as mulheres seguem sendo constrangidas à invisibilidade social e, portanto, ao silêncio em público. “Aliás, quem muito bem ilustra essa situação é Michelle Perrot, que compreende que estar bonita e vestir-se bem se tornou um capital de troca e uma forma de ser notada na vida pública. As mais bonitas e bem vestidas são as que mais se

destacam. Tal cultura estética, aliada ao incentivo do capitalismo para tornar-se bonita, segue infelizmente sendo determinante na busca da aceitação social”.

Rosângela Angelin é doutora em Direito pela Universidade de Osnabrück (Alemanha), docente do mestrado e da graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus Santo Ângelo-RS. É membro do grupo de pesquisa Tutela dos Direitos e sua Efetividade. É ainda membro do grupo de estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas, da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, e coordenadora do grupo de pesquisa: “Direitos humanos, cidadania e a consolidação dos direitos sociais: estudos sob a ótica do constitucionalismo contemporâneo e da teoria da complexidade de Edgar Morin”. Colaboradora na execução de projetos com mulheres agricultoras junto à ONG Associação Regional de Desenvolvimento e Educação e integra a Marcha Mundial de Mulheres.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em seu entendimento, por que a mulher ainda hoje continua sendo o alvo mais visado da “estética” corporal dominante em nossa sociedade?

Rosângela Angelin – É importante que tenhamos presente a existência de várias concepções históricas sobre as mulheres ao longo dos séculos. Assim, a condição da mulher, na atualidade, em termos de “estética corporal”, é resultado de uma construção cultural. A beleza, em sua própria essência, é algo muito relativo. Prova disso é que os padrões de beleza foram se modificando e diferem entre si, dependendo da cultura de cada nação. Quando observamos o papel da mulher na sociedade da Idade Média, no mundo ocidental, percebemos, de forma clara, que a mes-

ma coisa ainda hoje perdura, com raras exceções. As mulheres seguem sendo constrangidas à invisibilidade social e, portanto, ao silêncio em público. Aliás, quem muito bem ilustra esta situação é Michelle Perrot¹, que compreende que estar bonita e vestir-se bem se tornou um capital de troca e uma forma de ser notada na vida pública. As mais bonitas e bem vestidas são as que mais se destacam. Tal cultura estética, aliada ao incentivo do capitalismo para tornar-se bonita, segue infelizmente sendo deter-

¹ **Michelle Perrot (1928)**: professora emérita da Universidade Paris VII- Denis Diderot. Faz parte da geração da École des Hautes Études en Sciences Sociales e é especialista na história do século XIX. Participou ao lado de Foucault do grupo de discussão sobre as prisões. (Nota da **IHU On-Line**)

minante na busca da aceitação social.

IHU On-Line – A que se deve o fato da crescente corrida das mulheres para as academias de ginástica e para a medicina estética, bem como o uso de produtos dietéticos para emagrecer? Por que a maioria delas ainda busca um corpo perfeito? O que isso revela?

Rosângela Angelin – Em primeiro lugar, deveríamos perguntar o que significa ter um corpo perfeito. Ou ainda: quem determina esses padrões de “perfeição”? A partir de que critérios? A sociedade é composta por padrões de comportamento social que criam identidades tidas como “ideais”. A corrida desenfreada para as academias de gi-

nástica e para a medicina estética, o uso de produtos dietéticos para emagrecer, a anorexia e a bulimia, revelam uma espécie de “ditadura da beleza” à qual a maioria das mulheres se condiciona em busca de um corpo “perfeito”. Antes considerada um atributo da natureza, a beleza passou a ser encarada como uma questão de “conquista” e, nessa lógica, torna-se imprescindível investir tempo e dinheiro a fim de se alcançar a aprovação da sociedade. Creio que isso revela um empobrecimento do ser humano, uma dialética da busca desenfreada por um padrão físico, muitas vezes inatingível.

IHU On-Line – De que maneira o capitalismo se apropria da “beleza” nos dias de hoje?

Rosângela Angelin – Essa é uma pergunta muito importante para compreendermos o papel das mulheres na sociedade globalizada. A maior propagação dos “modelos de beleza” ocorre através dos grandes meios de comunicação social que se preocupam em reforçar os ditames do consumismo neoliberal, construindo padrões tidos como obrigatórios. A busca da beleza acabou gerando um lucrativo mercado. Com muita propriedade, a escritora americana Naomi Wolf² afirma, em seu livro *O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres* (Rio de Janeiro: Rocco, 1992), que a “beleza é um sistema monetário assim como o ouro. É o último e o melhor sistema de crenças que mantém a dominação masculina intacta. Assim, o capitalismo usa as mulheres ‘bonitas’ como isca para a venda dos seus produtos, lucrando com a discriminação das consideradas ‘feias’ que buscam o maior número de produtos possíveis para compensarem sua ‘feiúra”.

IHU On-Line – Existem ou podem surgir políticas públicas que beneficiam a estética feminina?

Rosângela Angelin – É relevan-

² Naomi Wolf (1962): escritora feminista estadunidense. Seu livro *O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres* (Rio de Janeiro: Rocco, 1992), publicado em 1991, se tornou uma referência da terceira onda do feminismo ao analisar como a exigência de as mulheres se adequarem a um ideal de beleza feminina dificulta sua ascensão ao poder político e social. (Nota da IHU On-Line)

“A beleza, em sua própria essência, é algo muito relativo”

te que se diga que o Sistema Único de Saúde – SUS dispõe de várias políticas públicas direcionadas ao atendimento da saúde das mulheres envolvendo questões estéticas, como, por exemplo, implantes de próteses mamárias em mulheres vítimas de câncer, cirurgias de redução mamária e cirurgias bariátricas. Percebe-se que as políticas públicas no Brasil procuram beneficiar não apenas a estética feminina, de forma isolada, mas também a saúde da mulher. Considero essa uma alternativa plausível e acertada, muito embora a saúde pública ainda não atenda a todas as pessoas que necessitam de cuidados envolvendo a manutenção da vida. Vale salientar que o Estado tem o dever de garantir políticas públicas que reforcem e viabilizem o acesso aos direitos fundamentais das mulheres e a equidade nas relações de gênero, especialmente quando se trata de mulheres com condições econômicas menos favorecidas ou em vulnerabilidade social.

IHU On-Line – Há vantagem da mulher “bonita” perante as outras formas de beleza? Como a mulher que não está dentro do padrão estético convencional é vista dentro da sociedade? Há preconceito? Em quais esferas ele é mais notado?

Rosângela Angelin – Os padrões de beleza feminina condicionam uma identidade que não é somente imposta para as mulheres, mas reconhecida por toda sociedade. Nesse sentido, as mulheres que se “enquadram” nesses padrões, passam a ser reconhecidas e aceitas no convívio social. Para as demais, a vida costuma ser um pouco mais difícil. Muitas vezes, elas encontram dificuldades que se inserem no contexto do próprio lar, quando, por exemplo, mães induzem as filhas a fazer dieta para ficarem “bonitas”. Também é possível perceber esse preconceito na escola, mais tarde no mercado de tra-

balho e, inclusive, nas relações afetivas. Os padrões de “beleza física” acabam gerando uma inversão de valores nos quais a busca por um corpo perfeito é considerado um sinônimo de aceitação social, geralmente confundida com a felicidade.

IHU On-Line – Qual é o conceito de beleza da sociedade contemporânea?

Rosângela Angelin – Atualmente, os padrões ocidentais de beleza são os que mais prosperam nos meios de comunicação social. É comum observar que através do *marketing* estético se multiplicam os exemplos alcançados com produtos cosméticos e intervenções cirúrgicas. Mulheres jovens, magras, esguias, de preferência com seios grandes e firmes, com cabelos bem tratados e que se vestem com figurinos “da moda”. No Brasil, cabe destacar um novo aspecto de padrão de beleza. O “bumbum grande” evidencia um “belo atributo” do corpo feminino. As consequências desses padrões aleatórios redundam numa infinidade de casos em que jovens e mulheres sofrem por conta da anorexia e da bulimia, talvez insatisfeitas com a sua vida e em busca do “corpo perfeito” e da tão difundida ideia da “juventude eterna”.

IHU On-Line – Você viveu por alguns anos Europa, onde estudou a vida das mulheres de culturas diferentes da nossa. Nesse sentido, que aspectos lhe chamou mais atenção na diferença da cultura feminina?

Rosângela Angelin – Nesse período, pude constatar, através do convívio com mulheres de diferentes nacionalidades, que a beleza e o papel feminino na sociedade é uma construção cultural. O conceito de “estética feminina” é muito variado. Para a sociedade alemã, embora sendo ocidental, a beleza da mulher não está condicionada ao corpo, como vemos com tanta evidência no Brasil. Talvez isso se deva às conquistas do movimento feminista que propiciou uma nova identidade, mais igualitária, em que os atributos do corpo não são fatores determinantes no reconhecimento da identidade feminina.

IHU On-Line – Você trabalha atualmente com mulheres bene-

ficiárias do Programa Bolsa Família. Como vê esse tipo de política pública para as mulheres?

Rosângela Angelin – O Estado brasileiro tem se esforçado para a viabilização da equidade nas relações de gênero e, através de políticas públicas de inclusão, tem contribuído para isso, como ocorre no caso do programa governamental Bolsa Família. Entendo que esse programa trouxe uma grande novidade no âmbito das políticas públicas no Brasil: o recurso é repassado diretamente para as mulheres da família, ao contrário de outras políticas públicas que repassavam os recursos para o “chefe” da família. Essa atitude governamental demonstra um saldo positivo na qualidade de vida das famílias beneficiárias, visto que os valores percebidos, embora sejam valores monetários baixos, são aplicados integralmente no grupo familiar. Além disso, a possibilidade de poder gerenciar os recursos propicia uma elevação da autoestima dessas mulheres. Por terem as políticas públicas um caráter temporário, o governo previu a ação conjunta de mecanismos interventivos (cursos de capacitação e acompanhamento) a fim de acompanhar essas mulheres, de modo a alcançar a emancipação financeira e, com ela, um estado mínimo de dignidade e cidadania. Porém, a complexidade da estrutura econômica, social e legal do Estado acaba dificultando essa intencionalidade que é barrada, principalmente, em virtude da burocracia institucional e da falta de recursos.

IHU On-Line – Acredita que está havendo avanços nas políticas públicas femininas? Em que sentido?

Rosângela Angelin – As mulheres historicamente têm resistido ao papel que lhes foi imposto de invisibilidade social e travado embates que geraram avanços na emancipação e no reconhecimento de suas identidades como protagonistas da história. Isso influenciou o mundo jurídico através da criação de leis e políticas públicas de reconhecimento da alteridade e dos direitos de cidadania. Creio que é possível indicar vários avanços alcançados pela mobilização das mulheres, realizada através de movimentos de mulheres e feministas, entre os quais caberia destacar: a) o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres preconizado

na Constituição Federal de 1988 bem como o reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras; b) a criação de delegacias especializadas para as mulheres; c) a criação do Sistema Único de Saúde e as políticas públicas de saúde voltadas para a saúde das mulheres e da família; d) o combate à violência doméstica, através da Lei Maria da Penha e de políticas governamentais; e) ações voltadas à geração de renda para as mulheres; f) a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, no âmbito Federal; g) a política de cotas nas eleições.

IHU On-Line – As mulheres tiveram tratamento diferente no decorrer da história da humanidade e, nos primórdios, eram consideradas deusas. A naturalização da opressão foi uma construção ocorrida no decorrer dos milênios? Como podemos desmistificar o fato de sermos consideradas seres secundários na vida pública, sendo que nem sempre foi assim?

Rosângela Angelin – Uma releitura das descobertas arqueológicas, apresentadas em especial por Riane Eisler³ e Maturana⁴, demonstra que, desde o início da humanidade, existiram sociedades mais pacíficas e as mulheres tinham um papel de destaque na vida social, sendo consideradas deusas, pois eram capazes de gerar a vida. Porém, tal posição social não significava uma relação de dominação feminina sobre os homens. Tanto no período paleolítico como no neolítico, a relação entre os gêneros era de parceria, respeitando-se as diferenças. Com o passar dos tempos, essa condição foi sendo alterada e as diferenças entre os sexos transformaram-se em desigualdades, gerando a opressão das mulheres pelos homens. Dessa forma, percebe-se que a identidade e a opressão das mulheres sempre foi uma

3 Riane Tennenhaus Eisler (1937): acadêmica austríaca, escritora e ativista social. Sua família fugiu do nazismo para Cuba quando ela era ainda criança. Mais tarde ela imigrou para os Estados Unidos. Graduada em Sociologia e Direito na Universidade da Califórnia, é definida como uma historiadora da cultura e uma teórica do evolucionismo. (Nota da IHU On-Line)

4 Humberto Maturana: biólogo chileno, criador da autopoiese e um dos propositores do pensamento sistêmico. (Nota da IHU On-Line)

construção social, e não um determinismo biológico, como equivocadamente ainda é afirmado por alguns. Portanto, parece que a chave para a desmistificação da condição feminina é a “desnaturalização” da opressão. Essa tarefa foi assumida, no decorrer dos tempos, pelos movimentos de mulheres e feminista, propiciando uma maior valorização e protagonismo das mulheres na sociedade. Porém, ainda precisamos avançar mais. Talvez o exemplo mais ilustrativo desse fato diz respeito às mulheres que se encontram no mercado de trabalho, em suposta situação de igualdade com os homens, e seguem sendo as responsáveis pelas “obrigações domésticas” e o cuidado com as crianças. É preciso ressaltar que outro elemento importante para equalização das relações de gênero diz respeito ao Estado. Este deve contribuir na efetivação das normas jurídicas que versam sobre a isonomia nas relações de gênero e garantem direitos de cidadania para as mulheres. Enfim, construir uma relação mais equitativa entre homens e mulheres é uma tarefa que envolve toda a sociedade.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

Rosângela Angelin – Embora as mulheres, ao longo de muitos anos, com muita luta e persistência, tenham conquistado direitos e se afirmado em vários espaços da sociedade, lamentavelmente ainda é “normal” continuarmos sendo vistas e consideradas pelos contornos físicos de nossos corpos, o que evidencia um empobrecimento da capacidade de olhar o ser humano. Maria Rita Kehl⁵, com muita lucidez, afirma que “a maior beleza está no corpo livre, desinibido em seu jeito de ser, gracioso porque todo ser vivo é gracioso quando não vive oprimido e com medo. É a livre expressão de nossos humores, desejos e odores; é o fim da culpa e do medo que sentimos pela nossa sensualidade natural; é a conquista do direito e da coragem a uma vida afetiva mais satisfatória; é a liberdade, a ternura e a autoconfiança que nos tornarão belas. Essa é a beleza fundamental”.

5 Maria Rita Kehl (1951): psicanalista, ensaísta, crítica literária, poetisa e cronista brasileira. Em 2010, foi vencedora do Prêmio Jabuti de Literatura na categoria “Educação, Psicologia e Psicanálise” com o livro *O Tempo e o Cão*. (Nota da IHU On-Line)

Direitos sexuais e reprodutivos da mulher

Para a cientista política Telia Negrão, não há efetiva separação entre Estado e Igreja, “pois vivemos numa sociedade muito conservadora, patriarcal, e quase todas as religiões são patriarcais”

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Ao analisar o papel que o Estado exerce sobre o corpo da mulher, Telia Negrão é enfática e afirma que “o Estado mantém forte controle sobre o corpo das mulheres na medida em que, através das leis e das políticas públicas, se determina o grau de possibilidade das mulheres tomarem as próprias decisões”. Para ela, há uma relação estreita entre democracia e autonomia, sendo essa uma grave contradição no Brasil. “A democracia é bem ampla, mas as mulheres têm vedado o direito de decidir sobre seu corpo. Convivemos com um Código Penal de 1940 que penaliza as decisões reprodutivas, mas neste país se permite a veiculação de músicas que incitam ao estupro, como esta do Teló. Então a falsa moral está disseminada entre nós”, frisa, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Já com relação ao papel da religião, a jornalista diz que, embora a Igreja Ca-

tólica seja forte no Brasil, as evangélicas também são e muito ativas. “Elas monitoraram de perto os políticos e cobram deles o apoio que dão nas eleições. Não há efetiva separação entre Estado e Igreja, pois vivemos numa sociedade muito conservadora, patriarcal, e quase todas as religiões são patriarcais”.

Telia Negrão é jornalista, cientista política e coordenadora da ONG Coletivo Feminino Plural. É integrante do Conselho diretor da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe. Participou da última Sessão do Comitê da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação à Mulher, em Genebra, na Suíça (13 a 17 de fevereiro), aonde levou dados para expor a situação de saúde das mulheres brasileiras. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que mudanças ocorreram na legislação brasileira nos últimos anos, no que se refere às políticas públicas para as mulheres? Qual o papel dos movimentos sociais e de mulheres nesse sentido?

Telia Negrão – A principal mudança ocorrida no Brasil se deu em 1988, quando a Constituição Federal reconheceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Estabeleceram-se vários artigos em que as mulheres são sujeitas de uma maior atenção, como no mercado de trabalho e nas relações familiares. Além de um apanhado de leis em todos os campos da vida, destaca-se a Lei Maria da Penha, de 2007, que estabelece a proteção para as mulheres em situação de violência doméstica. Mas é importante ressaltar que, no Brasil, sendo signatário de Convenções Internacionais, essas se transformam em leis nacionais, como a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas

de Discriminação à Mulher.

IHU On-Line – Quais eram e/ou são as principais reivindicações das mulheres referentes a seus direitos humanos?

Telia Negrão – O fim de todas as formas de violência e discriminação; a igualdade no mundo do trabalho; o acesso ao poder político; a democratização da vida privada; o direito à saúde e ao livre exercício da sexualidade.

IHU On-Line – Acredita que o Estado tem um controle muito forte sobre o corpo da mulher? Por quê?

Telia Negrão – O Estado mantém forte controle sobre o corpo das mulheres na medida em que, através das leis e das políticas públicas, se determina o grau de possibilidade das mulheres tomarem as próprias decisões. Há uma relação estreita entre democracia e autonomia, sendo essa uma grave con-

tradição no Brasil. A democracia é bem ampla, mas as mulheres têm vedado o direito de decidir sobre seu corpo. Convivemos com um Código Penal de 1940 que penaliza as decisões reprodutivas, mas neste país se permite a veiculação de músicas que incitam ao estupro, como esta do Teló¹. Então a falsa moral está disseminada entre nós.

IHU On-Line – De que maneira os direitos à sexualidade da mulher estão intimamente ligados ao aborto?

Telia Negrão – Desde o advento da pílula anticoncepcional e sua difusão na década de 1960 criou-se a possibili-

¹ Aqui a entrevistada se refere à música “Ai Se Eu Te Pego”, canção composta e produzida por Sharon Acioly e Antônio Dyggs, cuja versão mais conhecida é cantada pelo cantor sertanejo, compositor e multi-instrumentista brasileiro Michel Teló (1981), o qual foi lançado nacionalmente pela Som Livre. (Nota da IHU On-Line)

dade de separação da sexualidade e reprodução. No entanto, além do acesso à contracepção ser algo que somente nas últimas décadas se efetivou, nem toda a gravidez indesejada está ligada à contracepção. Por exemplo, nos casos de violência sexual, não se trata de uma falha reprodutiva. Acaba sendo uma falha quando as mulheres não têm acesso à anticoncepção de emergência. No entanto, vivemos numa sociedade que, apesar de dizer-se avançada, ainda considera que a sexualidade aceita é aquela com fins reprodutivos. Então, é mais aceitável uma mulher que, mesmo não querendo engravidar, tenha filhos indesejados do que uma mulher que decide que não quer ser mãe ou que decide abortar. A sexualidade das mulheres ainda é um campo a ser conquistado e reconhecido.

IHU On-Line – Como avalia a legalização do aborto no Brasil?

Telia Negrão – É um tema que os políticos não gostam de tocar, a não ser quando o que está em jogo é colocar o adversário ou adversária em posição defensiva. Embora o Brasil seja um Estado laico, as religiões exercem profundas pressões, como vimos na última eleição em que a candidata Dilma foi acuada. Ademais, hoje a principal política pública para as mulheres não leva em consideração a autonomia reprodutiva das mulheres e ainda cria um Cadastro Compulsório para a Gravidez. Atualmente não há nenhum projeto em debate para legalizar o aborto no Brasil, nem para descriminalizar, já que são duas coisas bem diferentes. Há uma ação sobre anencefalia no Supremo Tribunal Federal – STF há sete anos esperando por julgamento. Enquanto isso, as 600 mulheres que têm fetos com anencefalia todos os anos no Brasil são obrigadas a pedir autorização judicial ou levar a gestação até o final, mesmo sabendo que o bebê vai morrer. Não existe nenhum caso registrado pela ciência de sobrevivência de anencéfalo.

IHU On-Line – De que maneira a mulher pode ter acesso à saúde integral e ter assegurado seus direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos?

Telia Negrão – Em primeiro lugar, lutando para que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres

seja novamente recolocada no centro das políticas públicas. Outras formas são: a participação ativa nos conselhos de saúde e conselhos da mulher e em organizações de base ou do nível que queiram, não importa. A saúde é um direito que se conquista todos os dias. As usuárias do Sistema Único de Saúde precisam tomar consciência da necessidade de exigir um bom e adequado atendimento às suas demandas, não abrindo mão de serem vistas como cidadãs e mulheres na sua diversidade.

IHU On-Line – Como vê o papel da Igreja na definição das políticas públicas para as mulheres? Acredita que a religião tem um controle muito forte sobre o corpo da mulher?

Telia Negrão – Embora a Igreja Católica seja forte no Brasil, as evangélicas também são e muito ativas. Elas monitoram de perto os políticos e cobram deles o apoio que dão nas eleições. Não há efetiva separação entre Estado e Igreja, pois vivemos numa sociedade muito conservadora, patriarcal, e quase todas as religiões são patriarcais. Creio que as religiões vêm prestando um mau serviço à sociedade quando se colocam como donas da verdade sobre tudo; são donas de tudo que se pensa sobre vida e morte. Há uma enorme mistificação em torno de eventos reprodutivos, que poderiam ser tratados de uma forma mais simples. O aborto inseguro, por exemplo, é um problema de saúde pública, não tem que discutir, tem que acabar com o aborto inseguro, assegurando o acesso à educação sexual, planejamento produtivo, anticoncepção de emergência, informação, acesso ao misoprostol² e ao aborto seguro; ampliação do conceito de saúde, de malformação fetal grave... Enfim, a solução pode ser no âmbito da saúde até, por exemplo, 12 semanas, como no Distrito Federal do México. Depois disso descriminalizado, podemos começar a discutir outros temas.

IHU On-Line – O que a Rede Feminista de Saúde pretende fazer para levar a discussão das políticas públicas para as mulheres à sociedade?

Telia Negrão – Continuar a evidenciar que esse é um problema de saúde pública, de direitos humanos e de injustiça social. E também desmascarar a falsa moral dos argumentos trazidos pelas religiões. Religião deve ter poder sobre seus adeptos e não sobre o Estado e as políticas públicas.

IHU On-Line – Em que sentido a senhora diz que houve uma retração na atenção integral à saúde da mulher?

Telia Negrão – Porque há três anos a área técnica de saúde da mulher do Ministério da saúde vem sendo desmontada, assim como a Comissão Nacional de Morte Materna e outras estratégias importantíssimas. Após esse desmonte, fragilização de recursos humanos e materiais, a política prioritária é a Rede Cegonha, uma estratégia evidentemente materno-infantil. Os temas de saúde integral passaram a ser tratados de forma fragmentada, focalizados no câncer de mama e de útero. Isso não é política de atenção integral, é um cesto de medidas que nem de longe têm em consideração a diversidade das próprias mulheres.

IHU On-Line – Qual o papel do Sistema Único de Saúde – SUS no que compete às políticas públicas para as mulheres? Como avalia seu papel na defesa da qualidade de vida das mulheres?

Telia Negrão – O SUS é por onde as políticas são asseguradas, é por onde a atenção deve ser assegurada com qualidade. Temos um grande apreço pelo SUS. Ele é, sem dúvida, o maior sistema de saúde universalizado e público do mundo, mas isso não significa que tenha qualidade. Não tem. Não é só o problema do acesso, mas da qualidade da atenção, o que acaba levando mulheres a adoecer e morrer por razões evitáveis, haja vista a morte materna, que é evitável em 98% dos casos. Infelizmente as decisões do SUS são muito lentas, tudo precisa ser pactuado entre a União, estados e municípios. Enfim, as políticas podem ser excelentes, mas não chegam aonde as mulheres vivem.

² O misoprostol é a versão sintética da prostaglandina E1 (PGE1) usado no tratamento e prevenção de úlcera do estômago. Esta substância também é usada ilegalmente como abortivo. (Nota da IHU On-Line)

A Constituição de 1988 foi um marco na história do Brasil

Ela se constrói tendo como eixo os princípios de direitos humanos a partir dos quais se definem as responsabilidades do Estado, reflete Jacqueline Pitanguy de Romani

POR JACQUELINE PITANGUY DE ROMANI

Apesar de que a participação política da mulher brasileira no Congresso Nacional e nas Assembleias ser das mais baixas da América Latina, Jacqueline Pitanguy de Romani acredita que houve um grande avanço no marco normativo a partir da Constituição, a qual estabelece parâmetros de igualdade para homens e mulheres. “No âmbito civil, houve mudanças no código, adaptando-o aos princípios constitucionais. Recentemente, o Senado aprovou a lei que determina igualdade de pagamento a homens e mulheres por igual função. Além disso, existe desde 1996 uma lei de planejamento familiar que garante inclusive o direito à esterilização”. Essas são algumas das ideias da socióloga ao refletir sobre o cenário atual e os avanços ocorridos nos últimos anos, no que compete às políticas públicas em

prol das mulheres. A também cientista política, ao receber uma série de perguntas enviadas por e-mail, preferiu respondê-las resumidamente em cinco tópicos. E enviou à **IHU On-Line** o texto a seguir.

Jacqueline Pitanguy de Romani é socióloga e cientista política. De 1986 a 1989, indicada pelo então presidente da República, ocupou o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, com o mandato de propor, acompanhar e desenvolver políticas públicas com perspectiva de gênero, visando melhorar a situação da mulher no Brasil. Nesse sentido, o CNDM desenvolveu programas nas áreas de Saúde Reprodutiva, Violência, Legislação, Cultura, Educação, Trabalho, Mulher Negra e Mulher Rural.

Confira o artigo.

A Declaração Universal de Direitos Humanos e a luta das mulheres

A Declaração Universal de Direitos do Homem de 1948 – atualmente denominada Declaração Universal dos Direitos Humanos – constitui o pilar básico da linguagem internacional de direitos humanos, estabelecendo um conjunto de princípios que buscam regular a relação entre indivíduos e o Estado, definindo direitos e responsabilidades. A Declaração é, no entanto, um documento datado. Nesse sentido, reflete tanto o contexto internacional pós-segunda guerra mundial como as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, prevalentes na maioria dos países signatários. Nesse sentido, tal documento parte de uma ideia de humanidade calcada no homem como indivíduo abstrato, sobre o qual enuncia os direitos humanos. Mas, apesar de

não considerar especificamente as desigualdades de gênero, estabelece um patamar sobre o qual, ao longo dos últimos 50 anos e em função de embates travados em arenas políticas nacionais e internacionais, a noção de direitos humanos adquiriu maior especificidade no sentido de reconhecer a diversidade do conceito mesmo de humanidade, a partir de gênero, raça e etnia.

A Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993

Essa Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU foi de grande importância para o avanço dos direitos humanos das mulheres, pois, pela primeira vez, as Nações Unidas reconheceram que a violência doméstica é uma questão de direitos humanos. Esse reconhecimento introduz uma mudança paradigmática, pois até então, no plano internacional, o campo dos direitos humanos se definia no ter-

ritório das relações entre indivíduo e Estado, e não entre indivíduos particulares, como nesse tipo de violência. Entretanto, no Brasil a Constituição de 1988 já reconhece o papel do Estado em coibir a violência intrafamiliar (artigo 226, parág. 8) e, nesse sentido, nos antecipamos à Declaração da Conferência de Viena, que é, no entanto, de fundamental importância para legitimar e fortalecer os avanços conquistados no plano nacional.

Um novo conceito de humanidade

Como afirmei anteriormente, a Declaração Universal de Direitos Humanos está calcada em uma ideia do homem como uma figura genérica sinônimo de humanidade. Sabemos, entretanto, que, ao longo da história, alguns grupos e categorias sempre foram mais detentores de direitos que outros. Sexo, raça, etnia e pobreza sempre demarca-

ram territórios de menor titularidade de direitos. A sociedade civil vem desempenhando papel fundamental no processo de ampliação das fontes e instrumentos de direitos humanos, configurando novos espaços de cidadania, reconfigurando as relações Estado/indivíduo, legitimando uma ideia de humanidade que comporta diferenças, mas não admite que essas diferenças demarquem hierarquias entre cidadãos de primeira e segunda categoria. Pertencem a esse universo tratados internacionais que visam a proteção de grupos específicos, destacando-se a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; a Convenção para os Direitos da Criança e o tratado mais relevante, no que se refere a desigualdade de gênero, que é a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres de 1979. No âmbito regional, cabe destacar a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará. Trata-se, assim, de um novo conceito de humanidade, que reconhece e nomeia a diversidade ao mesmo tempo em que especifica e universaliza direitos e responsabilidades em função dessa diversidade.

A Constituição de 1988

A Constituição de 1988, também chamada de constituição cidadã por Ulisses Guimarães, deputado constituinte e presidente do Congresso Nacional, representa um marco na história do Brasil. Isso porque ela se constrói tendo como eixo os princípios de direitos humanos a partir dos quais se definem as responsabilidades do Estado. As mulheres, organizadas em movimentos, associações, sindicatos, realizaram um extraordinário trabalho junto do Congresso Constituinte. Em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, que presidi durante o período da constituinte, apresentamos propostas e emendas que, tendo sido incorporadas ao texto constitucional, permitiram um grande avanço nos direitos das mulheres.

Situação atual

Apesar de que a participação política da mulher brasileira no Congresso Nacional e nas Assembleias ser das mais baixas da América Latina, houve um grande avanço no marco normativo a partir da Constituição que estabelece parâmetros de igualdade para homens e mulheres. No âmbito civil, houve mudanças no código, adaptando-o aos princípios constitucionais. Recente-

mente, o Senado aprovou a lei que determina igualdade de pagamento a homens e mulheres por igual função. Além disso, existe desde 1996 uma lei de planejamento familiar, que garante inclusive o direito à esterilização. Em 2006, foi aprovada uma lei específica de violência doméstica (Lei Maria da Penha), que parte de uma definição ampla de violência, incluindo as dimensões psicológica e patrimonial.

Do ponto de vista de participação no mercado de trabalho, as mulheres brasileiras já constituem mais de 40% da força de trabalho, apesar de ainda receberem 70% do que recebe o homem. No capítulo da educação, elas não só têm níveis de escolaridade mais elevados do que os dos homens como também elas vêm ocupando espaços em carreiras antes nitidamente masculinas. Entretanto, há ainda grande distância entre leis e realidade, e é importante ter presente que não existe uma uniformidade na categoria mulher. Devemos nos referir às mulheres no plural, reconhecendo sua diversidade em função de classe social, raça e etnia, idade, bem como em função de seu local de trabalho e residência, rural ou urbana. Trazer maior igualdade entre as mulheres e entre elas e os homens é ainda um grande desafio.

Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável - Edição 2012

Módulo 1: de 26 de março a 14 de abril de 2012.

Tema: O estado atual da crise civilizacional: onde estamos?

Mais informações em ww.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Livro da Semana

CAMARGO, Sílvio. Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio. São Paulo: Annablume, 2011.

Trabalho imaterial e apropriação da subjetividade humana

Diagnósticos de Adorno e Horkheimer se mostraram ainda mais sombrios, pois com o trabalho imaterial a dominação segue explorando o trabalho, mas agora atinge as subjetividades em diversos aspectos, pontua Sílvio Camargo

POR MÁRCIA JUNGES

“**V**ivenciamos um momento de transição em que convivem características típicas do capitalismo moderno e do fordismo, como exploração e extração de mais valor, com outras novas, que se contrapõem a elas e tendencialmente passam a ter um papel central, como é o caso do trabalho imaterial”. A ponderação é do sociólogo Sílvio Camargo na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. Ele conceitualiza o trabalho imaterial como “aquelas atividades que possuem como conteúdo principal a comunicação, a cooperação, o conhecimento e o saber”. E resume: “o trabalho imaterial se define pelo tipo de ação humana nele envolvido, e não pelas propriedades sensíveis das mercadorias”. Em seu primeiro livro, *Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*, Camargo traz a ideia de “que a chamada pós-modernidade é um prolongamento das formas modernas de

dominação, basicamente da racionalidade instrumental”. Na segunda obra, *Trabalho imaterial e produção cultural*, que inspira esta entrevista, aponta que “alguns diagnósticos pouco otimistas de Adorno e Horkheimer se tornaram ainda piores. Com o advento do trabalho imaterial, a dominação continua a se afirmar como exploração do trabalho, mas agora como apropriação da subjetividade humana em sentido amplo, daí a importância de autores que trabalham com a noção de biopoder”.

Sílvio Camargo é graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp com a tese que originou este livro em debate na IHU On-Line. Leciona na Unicamp e também é autor de *Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea* (São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é o trabalho imaterial?

Sílvio Camargo – A definição de trabalho imaterial não é algo simples e conduz facilmente a confusões. Entendo por trabalho imaterial aquelas atividades que possuem como conteúdo principal a comunicação, a cooperação, o conhecimento e o saber. O trabalho imaterial se refere desse modo a qualificações subjetivas que passam a ter um papel central no processo de valorização das mercadorias. Uma mercadoria, cuja produção resulta de trabalho imaterial, pode ser quanto a sua forma física, material ou imaterial; mas a questão principal está no tipo de trabalho, ou de ação, empregado para sua produção. A noção de “saber” é provavelmente o que melhor define, em um sentido quase didático, o trabalho imaterial, pois diz respeito ao fato de que o valor de uma mercadoria não resulta necessariamente do dispêndio de tempo de trabalho empregado na sua produção (trabalho abstrato), mas sim dos saberes mobilizados por aqueles que a produzem. Saberes esses que incluem a criatividade, a imaginação, a espontaneidade, e que se aproximam daquilo de que Karl Marx¹, nos *Grundrisse*, chamou de “general intellect”. Em suma, o trabalho imaterial se define pelo tipo de ação humana nele envolvido, e não pelas propriedades sensíveis das mercadorias. Para sermos ain-

1 **Karl Heinrich Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no *Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lF>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível para download em <http://migre.me/Dt7Q>. (Nota da IHU On-Line)

da mais claros: um par de tênis de uma marca famosa, cujo preço é bastante alto, é expressão de um valor cuja determinação não está em suas propriedades físicas ou mesmo no tempo de trabalho despendido para sua produção; o valor se relaciona qualitativamente com as atividades de criação, design, publicidade, marketing e outros atributos simbólicos, que revelam a participação de uma subjetividade, de trabalho imaterial, que se torna elemento central de valorização.

IHU On-Line – Qual é seu contexto de surgimento?

Sílvio Camargo – É possível afirmarmos que, em certo sentido, trabalho imaterial existe ao longo de todo o capitalismo moderno, como já vimos Marx sugerir nos *Grundrisse*, embora como algo ainda irrisório e marginal dentro do modo de produção capitalista no século XIX. Ocorre que alguns teóricos da sociedade contemporânea entendem que o trabalho imaterial passou a ocupar um papel central na produção da riqueza capitalista desde, aproximadamente, o início da década de 1970. Tais autores como André Gorz², por um lado, e Antonio

2 **André Gorz** (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista IHU On-Line, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos *Cadernos IHU Ideias*, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível para download em <http://migre.me/BizH>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos *Cadernos IHU* n.º 5, de 2004, disponível para download em <http://migre.me/BiAl>. O site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para acessar o material, acesse as Notícias do Dia 26-09-2007. (Nota da IHU On-Line)

Negri³ e Maurizio Lazzarato⁴ por outro, não obstante suas diferenças, apontam para um tendencial esgotamento da teoria marxiana do valor-trabalho como núcleo compreensivo da forma de produção capitalista nos últimos quarenta anos. Nesse sentido, a noção do imaterial corresponde à ideia, grosso modo, de que o capitalismo mundial passou do fordismo ao pós-fordismo. Porém, como estamos falando não só do avanço das forças produtivas, mas também das relações sociais de produção, tais autores convergem para a noção de capitalismo cognitivo como o que melhor define a etapa do capitalismo iniciada em 1973. Embora alguns autores associem trabalho imaterial com serviços, a partir de uma má leitura das teses de Daniel Bell⁵ sobre a sociedade pós-industrial, o contexto de surgimento do imaterial é bem mais complexo. Trata-se de entender a distinção entre valor e riqueza, e

3 **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da IHU On-Line)

4 **Maurizio Lazzarato**: sociólogo e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris, onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalismo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. (Nota da IHU On-Line)

5 **Daniel Bell** (1919-2011): sociólogo estadunidense, professor emérito da Universidade Harvard. Foi um pensador muito influente durante as décadas de 1960 e 70 principalmente com obras sobre o pós-industrialismo e a tese do fim das ideologias. Sua obra até hoje representa um marco nas discussões em economia, sociologia e economia política. (Nota da IHU On-Line)

a partir daí perceber que até mesmo o advento daquilo que muitos chamam de capitalismo financeiro se relaciona ao papel central cumprido hoje pelo trabalho imaterial. Muitas outras designações já foram dadas para se referir a este período histórico, tais como sociedade em rede, sociedade da informação, sociedade de consumo, em análises que de modo geral compartilham o entendimento quanto ao papel central das novas tecnologias dentro desse período da História.

As transformações que têm ocorrido neste período histórico ocorrem em diversas esferas da sociabilidade humana, não apenas no mundo do trabalho. Acredito que vivenciamos um momento de transição em que convivem características típicas do capitalismo moderno e do fordismo, como exploração e extração de mais valor, com outras novas, que se contrapõem a elas e tendencialmente passam a ter um papel central, como é o caso do trabalho imaterial.

IHU On-Line – Como a dominação e a sociabilidade se entrelaçam com a cultura e o trabalho imaterial?

Sílvio Camargo – Meu ponto de partida para estudar o fenômeno do trabalho imaterial foi minha trajetória de estudos sobre a teoria crítica da sociedade, em especial a Escola de Frankfurt. Há vários anos reflito sobre o como esta tradição de pensamento pode dar respostas às atuais e intensas transformações do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a questão é como pensar a relação entre dominação e emancipação em um capitalismo que está em transição e onde o trabalho imaterial a cada dia ocupa um espaço mais importante. Em meu primeiro livro *Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea* (2006) defendi a ideia de que a chamada pós-modernidade é um prolongamento das formas modernas de dominação, basicamente da racionalidade instrumental. Já neste meu novo livro, sobre o imaterial, procuro apontar que alguns diagnósticos pouco otimistas de Ador-

no e Horkheimer se tornaram ainda piores. Com o advento do trabalho imaterial a dominação continua a se afirmar como exploração do trabalho, mas agora como apropriação da subjetividade humana em sentido amplo. Daí a importância de autores que trabalham com a noção de biopoder. A riqueza não se produz mais apenas no tempo de trabalho, mas fundamentalmente no tempo de não trabalho, naquilo que Habermas⁶ e Gorz chamam de mundo da vida [Lebenswelt], no qual os indivíduos compartilham valores e experiências culturais em diferentes sentidos. A cultura e as experiências culturais cotidianas, como o lazer, o turismo, o entretenimento, o uso constante das novas tecnologias, etc., cumprem hoje um papel nunca antes visto na produção da riqueza capitalista, ao preço de processos de reificação também nunca antes percebidos.

IHU On-Line – Por que você afirma que essa é a dialética do capitalismo tardio?

Sílvio Camargo – Ao contrário de Moulier-Boutang⁷ e dos outros pensadores que mencionei antes como proponentes da tese do trabalho imaterial, defendo a posição de que não é exatamente o co-

⁶ Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito que encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve contruir-se pela troca de idéias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos estabelecendo o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Confira no site do IHU, www.ihu.unisinos.br, editoria *Notícias do dia*, o debate entre Habermas e Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI. Habermas, filósofo ateu, invoca uma nova aliança entre fé e razão, mas de maneira diversa como Bento XVI propôs na conferência que realizou em 12-09-2006 na Universidade de Regensburg. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Yann Moulier Boutang: economista, filósofo e escritor. É professor de economia na Universidade de Bretagne du Sud, em Vannes. Também é professor de gestão e administração no Institute of Political Science, em Paris e de análise econômica na Universidade de Caen, na Normandia. Participa de pesquisas sobre as transformações no sistema capitalista no Laboratory Matisse. (Nota da IHU On-Line)

nhecimento a questão fundamental do capitalismo em sua atual fase. O que valoriza as mercadorias, como tendência crescente, é, em meu entendimento, a própria cultura. Nesse sentido, faço uma distinção entre cultura e saber. Na medida em que o trabalho imaterial, enquanto constituição de certa subjetividade se forma fora do tempo e do espaço de trabalho clássicos, aquilo que alguns também chamam de externalidades, cultura e trabalho se entrelaçam como configuração de uma nova totalidade, portanto dialética. Prefiro a expressão capitalismo tardio para nomear o presente num sentido muito próximo ao de Fredric Jameson⁸, que já apontava na década de 1990 que a pós-modernidade é justamente a inseparabilidade entre economia e cultura. Em meu entendimento, as teorias bidimensionais de sociedade como as de Gorz e Habermas, ou as que recorrem ao pós-estruturalismo como de Negri e Lazzarato, ao abandonarem a tradição da dialética marxista-hegeliana, apoiam-se em pressupostos epistemológicos equivocados para a compreensão do presente, entre outras razões porque abandonaram a categoria de totalidade.

IHU On-Line – De que forma o trabalho imaterial inaugura um outro tipo de capitalismo?

Sílvio Camargo – Falarmos de outro tipo de capitalismo significa falarmos ainda de capitalismo. Moulier-Boutang⁹ em seu livro *Le capitalisme cognitif* (2007) defende que, a partir de 1975, ingressamos em uma terceira fase do capitalismo que sucede a fase anterior, do capitalismo industrial, que teria durado de 1750 até 1973. Não me sin-

⁸ Fredric Jameson (1934): crítico literário e político marxista, conhecido por sua análise da cultura contemporânea e da pós-modernidade. Entre seus livros mais importantes estão *Pós-Modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*, *O Inconsciente político* e *Marxismo e Forma*. Atualmente Jameson trabalha na Duke University, em literatura comparada e romance. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Yann Moulier Boutang: economista francês, é atualmente é redator chefe da revista *Multitudes*. Dentre as entrevistas que ele já concedeu à IHU On-Line citamos “O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”, publicada na edição número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/nPuCSz> (Nota da IHU On-Line)

to convencido de que “cognitivo” seja a melhor definição para esta etapa que, de modo geral, quanto à periodização, se identifica com a ideia de pós-modernidade como um período histórico, similar à visão de Jameson. Estou convencido, entretanto, de que nela o trabalho imaterial tem cumprido um papel central, em que a produção da riqueza capitalista não depende mais necessariamente daquilo que Marx chamou de trabalho abstrato. Vivemos outro tipo de capitalismo, embora ainda convivendo intensamente com características do passado, porque o trabalho imaterial representa uma nova forma de produção de riqueza que não mais mediante a produção do valor-trabalho. Considero esclarecedora a obra de Moishe Postone¹⁰ “*Time, labor and social domination*” (1993) para compreendermos a distinção entre produção de riqueza e produção de valor.

IHU On-Line – Por que o imaterial traz a gestação de novas possibilidades utópicas?

Sílvio Camargo – Ao mesmo tempo em que o imaterial se refere a um aprofundamento das formas modernas de dominação, estamos falando de um tipo de trabalho que seja na forma de saber ou de cultura, por isso mesmo não pode ser mensurado ou diretamente apropriado como tempo de trabalho. Ele resiste, por sua natureza, a ser apropriado privadamente, embora possa sê-lo. A nova dimensão utópica do imaterial está justamente no fato de que conhecimentos e saberes diversos podem ser produzidos e compartilhados coletivamente sem serem apropriados pelo capital. É por isso que o capitalismo tardio é, ao mesmo tempo, a crise do capitalismo. A utopia que acompanha o trabalho imaterial se refere à possibilidade de visualizarmos uma sociedade na qual o trabalho em sentido moderno deixa de ser o núcleo fundamental da sociabilidade e do próprio sentido existencial e humano. Essa utopia significa pensar uma autonomia que não pode ser encontrada no traba-

¹⁰ **Moishe Postone** (1942): teórico crítico e professor de história na Universidade de Chicago. Ele é conhecido tanto por sua interpretação do antissemitismo moderno quanto por sua reinterpretação da teoria crítica marxiana. (Nota da IHU On-Line)

lho. Por um lado, consideramos insensatas afirmações como a de Negri de que já vivenciamos um “comunismo do saber”, embora as análises dele e de outros autores que colaboram na revista francesa “Multitudes”, acerca da configuração de algo como uma multidão, tenha outros traços factíveis para a formulação de novas utopias. Por outro lado, proposições políticas como as de Gorz, entrelaçadas à emergência do imaterial acerca da redução radical da duração do trabalho e institucionalização de uma renda básica universal, apontam justamente para uma renovação das energias utópicas e para além delas, como formulação de projetos políticos bastante claros.

IHU On-Line – Qual é a peculiaridade da subjetividade dos sujeitos numa sociedade notadamente marcada pela dialética do capitalismo tardio, pelo hiperconsumo e pela organização em redes?

Sílvio Camargo – O problema da subjetividade, aspecto central de toda a modernidade, sempre esteve no centro das análises marxistas e demarca um tema central para inúmeras correntes do pensamento contemporâneo, desde a psicanálise ao pós-estruturalismo. Nosso recorte, ao pensá-la, adota como parâmetro a tradição dialética, em especial as ideias de Georg Lukács¹¹ e Theodor W. Adorno¹², centradas em torno do conceito de reificação. Entendo que o capitalismo vivencia um momento bastante diferenciado, uma etapa de transição em direção a algo ainda incerto. Nesta etapa as antigas análises sobre a reificação, isto é, para usar

¹¹ **Georg Lukács** (1885-1971): foi um filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. (Nota da IHU On-Line)

¹² **Theodor Wiesengrund Adorno** (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

uma expressão de Adorno: “sobre o como a dominação migrou para dentro dos indivíduos”, precisa ser repensada à luz de uma forte contradição: nas sociedades do hiperconsumo, das redes e da informação, onde a internet cumpre um papel fundamental, a subjetividade dos sujeitos deixa de ser passiva diante, por exemplo, das imposições da indústria cultural, a subjetividade se torna ela mesma produtiva, cumpre um papel determinante na própria produção das mercadorias. A contradição está em que a subjetividade da sociedade em rede se constitui também como uma base real de resistência ao capital; basta pensarmos na maneira pela qual os jovens hoje escutam música, compartilhando arquivos sem pagar por isso. De outro lado, o tipo de música que se escuta, ou os bens e experiências culturais compartilhados pela maioria dessas mesmas subjetividades trazem em sua forma estética as mesmas características de mercadoria da etapa anterior do capitalismo, tornando os indivíduos ofuscados diante um capitalismo que traz, sempre, a marca da dominação. Também nesse sentido, o capitalismo tardio é o advento do absolutamente novo convivendo com as marcas do passado, da modernidade.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum outro aspecto não questionado?

Sílvio Camargo – O debate sobre o trabalho imaterial é recente, como o próprio fenômeno, e no Brasil é ainda pouco estudado. Parece-me que há entre nós duas tendências fortes de leitura: uma delas, associada ao campo daqueles que Postone, sem nenhum sentido pejorativo, chama de marxismo tradicional, tende a negar o conceito ou sua importância a partir do entendimento de que isso seria uma traição à tradição marxista, principalmente quanto ao abandono da teoria do valor-trabalho. Por outro, temos os pesquisadores mais ligados ao campo da comunicação que adotam claramente alguns elementos teóricos oriundos do pós-estruturalismo, principalmente do último

Foucault¹³ e de Deleuze¹⁴, e assumem, a partir de uma forte reflexão sobre as novas tecnologias, que estamos imersos em outro momento da História, no qual as ideias de Marx são insuficientes para se compreender o presente. Por sua vez, me parecem demasiado otimistas com a ideia de multidão.

A posição teórica que defendi nesse meu segundo livro vai ao encontro do entendimento de que vivemos um momento diferenciado da História do capitalismo, um momento transitório, em que a obra de Marx continua a esclarecer a realidade, mas nem tudo o que está colocado. Defendo uma posição não ortodoxa, como de resto sempre foi a dos seguidores da Teoria Crítica. Assumir a plausibilidade histórica de noções como trabalho imaterial e pós-modernidade não significa negar a existência de classes sociais, exploração e injustiça. Pelo contrário, indica percebermos que a dominação capitalista nunca foi tão intensa, e pensar qualquer projeto emancipatório nesse contexto depende de uma apreensão lúcida das transformações reais, objetivas, que se efetivam na História, outra das lições da tradição dialética.

13 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título *Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico*, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyAH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/9SQcgI>. (Nota da IHU On-Line)

14 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da IHU On-Line)

Leia as
entrevistas
do dia no
sítio do IHU:

[www.ihu.
unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

Memória

Aziz Ab'Saber (1924-2012)

Um cientista e humanista inteiro

Para Miguel Trefaut Rodrigues, Aziz Ab'Saber era um cientista que jamais deixava de lado o homem militante que faz parte de um país e que está inserido em uma sociedade, com todos os seus problemas

POR GRAZIELA WOLFART

“Aziz sempre foi uma pessoa inserida na sociedade brasileira, participava dela como militante ativo, usando o conhecimento científico para tentar planejar estrategicamente o país, coisa que pouquíssima gente faz aqui no Brasil. Ele sempre teve uma participação muito grande como cientista. Esse é o seu maior legado: Aziz Ab'Saber era um cientista inteiro, uma pessoa que tinha um conhecimento científico extremamente grande, prático e teórico, ou seja, ele conhecia o Brasil como a palma da mão”. A declaração é do professor da USP, Miguel Trefaut Rodrigues, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line** alguns dias após o falecimento do geógrafo e professor universitário brasileiro Aziz Nacib Ab'Saber, ocorrido dia 16-03-12 em função de uma parada cardíaca. Para Miguel, outro grande mérito de Aziz Ab'Saber “é que ele era um homem justo, que não

se deixava levar por influências partidárias e políticas. Ele tinha sua posição. Como cientista, defendia suas ideias completamente afastado de qualquer influência política que pudesse ter”. E continua: “Aziz era um cientista que jamais deixava de lado o homem militante que faz parte de um país e que está inserido em uma sociedade, com todos os seus problemas. Ele nunca tomava uma decisão sem, por exemplo, pensar no homem do Nordeste ou sem pensar no lado social, na questão do progresso do país, de melhoria da condição de vida do povo”.

Miguel Trefaut Rodrigues, herpetólogo brasileiro, diplomou-se em Ciências Biológicas pela Université Paris VII – Diderot e doutorou-se em Zoologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente trabalha no Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da mesma universidade.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De forma geral, qual o principal legado intelectual e pessoal de Aziz Ab'Saber para a academia e a sociedade brasileiras?

Miguel Trefaut Rodrigues – É difícil avaliar a contribuição de Aziz, porque ele foi uma pessoa atuante em tantos ramos (na formação de pessoal, de jovens brasileiros), transmitiu sempre o espírito da necessidade de uma multidisciplinaridade em ciência, o que pouca gente vê e faz. Aziz, desde o tempo de jovem, achou que a multidisciplinaridade era algo extremamente importante. Ele tentava integrar o conhecimento da geografia com o conhecimento da geomorfologia,

da geologia, com o conhecimento da distribuição da fauna e flora, das biotas, da alternância do tempo e do espaço das paisagens brasileiras ao sabor das flutuações climáticas no quaternário¹. Tudo isso acompanhado sempre de uma forte militância social. Aziz sempre foi uma pessoa inserida na sociedade brasileira, participava dela como militante ativo, usando o conhecimento

¹ Na escala de tempo geológico, o Quaternário é o período da era Cenozoica do éon Fanerozoico que congregava as épocas Pleistocena e Holocena. Não integra mais o Quadro Estratigráfico Internacional da Comissão Internacional sobre Estratigrafia da União Internacional de Ciências Geológicas. (Nota da IHU On-Line)

científico para tentar planejar estrategicamente o país, coisa que pouquíssima gente faz aqui no Brasil. Ele sempre teve uma participação muito grande como cientista. Esse é o seu maior legado: Aziz Ab'Saber era um cientista inteiro, uma pessoa que tinha um conhecimento científico extremamente grande, prático e teórico, ou seja, ele conhecia o Brasil como a palma da mão. Outro grande mérito de Aziz é que ele era um homem justo, que não se deixava levar por influências partidárias e políticas. Ele tinha sua posição. Como cientista, defendia suas ideias completamente afastado de qualquer influência política que pudesse ter.

IHU On-Line – Qual a importância de Aziz Ab’Saber para o conhecimento e a definição dos biomas brasileiros?

Miguel Trefaut Rodrigues

– Total. Ele foi a primeira pessoa que fez a grande síntese dos domínios morfoclimáticos brasileiros, os quais serviram como plataforma para tentar entender ecologia e evolução da biota, da fauna, da flora no Brasil. Todas as grandes ideias sobre conservação começaram a partir dos domínios morfoclimáticos. Até então tínhamos uma divisão em províncias, que era extremamente fraca, não tinha a solidez que teve o conceito dos domínios morfoclimáticos. A partir disso, conseguiu-se compreender como esses domínios fluuavam no tempo e no espaço durante as oscilações climáticas. E isso foi uma alavanca fundamental para tentar entender a evolução e ecologia das paisagens brasileiras.

IHU On-Line – Como o senhor percebia em Aziz Ab’Saber a relação entre o cientista e o humanista?

Miguel Trefaut Rodrigues

– Nele era tudo integrado. Aziz era um cientista que jamais deixava de lado o homem militante que faz parte de um país e que está inserido em uma sociedade, com todos os seus problemas. Ele nunca tomava uma decisão sem, por exemplo, pensar no homem do Nordeste ou sem pensar no lado social, na questão do progresso do país, de melhoria da condição de vida do povo. Por que Aziz era contrário à transposição do rio São Francisco? Primeiro, porque obviamente a obra tinha uma série de problemas científicos, misturando faunas, de bacias completamente diferentes, sem que elas tivessem sido devidamente estudadas, e os projetos não estavam preocupados em tentar melhorar o nível de vida das populações desassistidas. Os grandes projetos culturais e sociais que deveriam ser feitos no momento da transposição desse rio não foram feitos, e por isso que ele era contra. Ele sempre teve esse lado humanista carregado ao lado do cientista.

“O que o novo Código Florestal está fazendo é pisar por cima de tudo o que Aziz sempre defendeu a vida inteira”

IHU On-Line – O que deveria ser ouvido como o eco de Aziz Ab’Saber sobre o novo Código Florestal?

Miguel Trefaut Rodrigues

– Exatamente o que ele dizia: tem que manter as áreas de preservação, que são muito importantes, bem como as encostas e matas ciliares, que devem ser preservadas. Nada disso está sendo preservado nesse Código Florestal². O que Aldo Rebelo fez foi uma vergonha. Aziz Ab’Saber foi um homem que viveu lutando pela preservação das encostas, da qualidade da água no Brasil. O que o novo Código Florestal está fazendo é pisar por cima de tudo o que Aziz sempre defendeu a vida inteira.

IHU On-Line – O que caracterizava a visão macro que Aziz Ab’Saber tinha do Brasil, principalmente em relação à geografia e à ciência feitas no país?

² O Código Florestal Brasileiro foi criado pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e estabelece limites de uso da propriedade, que deve respeitar a vegetação existente na terra, considerada bem de interesse comum a todos os habitantes do Brasil. Em maio de 2011, o deputado Aldo Rebelo propôs a votação do projeto do novo Código Florestal, mesmo sem o apoio popular e de membros da casa. Entre as mudanças propostas, estão: permissão para o cultivo em Áreas de Preservação Permanente (APP); a diminuição da conservação da flora em margens de rios; a isenção de multa e penalidade aos agricultores que desmataram; e a liberação do cultivo no topo de morros. (Nota da IHU On-Line)

Miguel Trefaut Rodrigues

– Ele conseguia ver o Brasil por cima, de maneira íntegra, integral. Ele tinha um conhecimento profundo da prática do campo, conhecia o Cerrado³, a Caatinga, a Mata Atlântica, todas as paisagens naturais do país como ninguém. Aziz conhecia os problemas que envolviam a ocupação das paisagens naturais bem como os problemas associados à presença do homem pobre no campo, nos locais onde estava, e tentava ver que projetos poderiam, de uma maneira ou outra, contribuir para a melhoria da condição de vida social dessa gente. Isso é um sujeito que vê macro e não enxerga apenas um probleminha pequeno. Ele enxergava a situação inteira, em diferentes momentos do tempo e do espaço. E conseguia integrar isso em uma visão multidisciplinar. Todas as vezes que ia falar, ele fechava os olhos e começava a “passear” falando.

³ Cerrado é um bioma do tipo biócoro savana que ocorre no Brasil, constituindo-se num dos seis grandes biomas brasileiros. Sobre ele, leia a revista IHU On-Line número 382, de 28-11-2011, intitulada *Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeeira da América do Sul*, disponível em <http://bit.ly/v8vAbl> (Nota da IHU On-Line)

Leia mais...

>> Aziz Ab’Saber concedeu duas entrevistas exclusivas à **IHU On-Line**. Confira:

- O aquecimento é bom para a floresta. Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 321, de 15-03-2010, disponível em <http://bit.ly/q5r41A>;
- “Meu grande sonho é que haja menos diferenças sociais no Brasil”. Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 60, de 19-05-2003.



Alguns cenários da TV no momento pós-digitalização

POR LUCIANO CORREIA DOS SANTOS*

O novo arranjo que surge no mercado brasileiro de televisão a partir da mudança de patamar, de analógico para digital, indica um fortalecimento do setor de televisão paga. O curioso é que grande parte das previsões apontavam na direção da expansão em massa da televisão digital terrestre, concebida para ter acesso universal e gratuito. Na prática, o processo tem se desenrolado com outras lógicas, a começar pelo custo da extensão do sinal às áreas com menor densidade populacional (onde há conseqüentemente menos presença de mercado). Depois, pela incorporação de práticas anteriores, herdadas do modelo de negócio de acesso privado, que restringia o serviço às camadas abastadas, a chamada exclusão pelos preços. Nesse ambiente, o segmento de TV paga ganhou novo fôlego, ainda mais após a perspectiva de entrada de novos capitais num negócio até então manejado pela radiodifusão

tradicional.

A aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei que abre o mercado de TV a cabo para as empresas nacionais e estrangeiras de telecomunicações, em agosto de 2011, é significativa na definição de um novo momento no mercado de televisão no país, por algumas razões: a) porque a entrada das teles, um ator econômico com poder de fogo para desequilibrar as posições estabelecidas, cria condições novas que alteram a hegemonia até então exercida pelas grandes redes abertas; b) a aprovação da lei acompanha uma tendência de flexibilização do marco regulatório, como já ocorre com outros setores da economia; e c) a mesma tendência à flexibilização pode, num momento seguinte, estender a abertura do mercado para além do serviço de transmissão via cabo e alcançar a própria televisão digital terrestre. As razões alegadas pelo governo para a tomada de posição seriam a promo-

* Professor da Universidade Federal de Sergipe, presidente da Fundação Aperipê, doutorando em Ciências da Comunicação na Unisinos e membro do grupo Cepos: E-mail <lucorreia@uol.com.br>.

ção da concorrência no mercado de TV por assinatura, para, com isso, baixar os preços do serviço e ampliar a banda larga.

Dessa forma, segue uma lógica predominante na maioria dos países nas últimas décadas, notadamente a partir dos governos privatizantes de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, que dispararam uma espécie de onda de governos classificados como neoliberais, pelo combate às políticas de Estado e às garantias sociais e privatização de serviços fundamentais executados pelo ente público. Independentemente do caráter que rege o mercado brasileiro de televisão e seus agentes locais e independentemente da frouxidão permitida por este mesmo Estado no desempenho do que deveria ser o seu papel como agente concessionário, regulador e fiscalizador da radiodifusão gratuita e aberta, era fundamental mensurar os riscos de que uma indústria televisiva nacional venha a mergulhar numa crise sem precedentes e de que desapareça diante de operadores mundialmente fortes como a Telmex e a Telefônica, por exemplo.

Algumas das implicações incidem no impacto cultural que possa trazer, ou no encolhimento da cadeia do audiovisual, sob o aspecto econômico-financeiro. A venda progressiva das ações da Globo na Net para o poderoso grupo de Carlos Slim, da Telmex, Embratel e outras fortes empresas, sinaliza a incapacidade da emissora brasileira em manter o negócio sob seu controle.

A partir de 2008, a Rede Re-

“A venda progressiva das ações da Globo na Net para o poderoso grupo de Carlos Slim, da Telmex, Embratel e outras fortes empresas, sinaliza a incapacidade da emissora brasileira em manter o negócio sob seu controle”

cord inicia uma fase marcada pelo aumento na sua participação de audiência e no estabelecimento de picos episódicos que coloca a emissora num novo lugar, que, além de instalá-la na vice-liderança, solidifica de forma inexorável sua posição na divisão do mercado com a Globo, SBT e as demais.¹ Em meados do

mesmo ano, a Globo experimenta quedas inéditas na audiência de suas novelas. Embora a exibição deste produto sempre enfrente dificuldades nos índices iniciais, para crescer vertiginosamente até o encerramento da trama, os números falam por si e revelam limpidamente a diminuição ano após ano, ou melhor, novela após novela. Os números são os mesmos que evidenciam outro aspecto do “amadurecimento” da Rede Globo enquanto projeto de televisão, no sentido conservador do termo, quando recorridos para ilustrar a estratégia da Record de conquistar públicos mais jovens, acusando ainda que as produções da RG se repetem na mesmice. Assim, 39% dos telespectadores da novela Caminhos do coração, da Record, possuem menos de 24 anos, enquanto que 57% dos que assistiram Duas caras, da Globo, tinham mais de 35 anos.

Enfim, são sacolejos que abalam um mercado consolidado nas últimas décadas, com desdobramentos fundamentais nas próximas, para a configuração do novo ambiente de convergência, no qual novas lógicas já se anunciavam mesmo antes do estabelecimento do patamar digital. Os exemplos apontados acima, tomados aqui isoladamente e quase ao acaso, deixam entrever novos hábitos de consumo midiático, novos atores e realidades emergentes que reclamam novas ferramentas para explorar os caminhos.

¹ Ver-se-á depois que, em finais de 2011, o SBT ensaia uma reviravolta e torna a disputa pelo segundo lugar no-

vamente indefinida.

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 20-03-2012 a 23-03-2012

Complexo do Açú e a exportação de commodities: “Continuaremos vivendo como se nunca tivéssemos saído do século XVI”

Entrevista especial com Marcos Pedlowski
Confira nas Notícias do Dia de 20-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/GAfg9n>

A maior obra portuária das Américas, o Complexo Portuário-Industrial de Açú – CPIA, será construída no V Distrito de São João da Barra, RJ, mas o projeto centrado na exportação de commodities e minérios desconsidera elementos cruciais no que se refere à questão ambiental e social.

Complexo hidrelétrico do rio Madeira: “A energia gerada pelas usinas não se destina à região”

Entrevista especial com Ari Miguel Teixeira Ott
Confira nas Notícias do Dia de 21-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/GHewT9>

De acordo com o pesquisador, “a tecnologia usada no complexo do Madeira, com geradores de tipo bulbo, nunca foi utilizada em larga escala. Nesse sentido, é uma tecnologia experimental”.

Chiquitanos e a busca pelo território

Entrevista especial com Aloir Pacini
Confira nas Notícias do Dia de 22-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/F0daG4>

Os estados nacionais foram construídos desconsiderando as culturas indígenas. Tal processo histórico mal resolvido gera conflitos até hoje porque os territórios tradicionais de diversas etnias indígenas ainda não foram demarcados, caso dos chiquitanos.

Os jovens e a construção da autonomia. Um desafio

Entrevista especial com Hilário Dick
Confira nas Notícias do Dia de 23-03-2012
Acesse no link <http://bit.ly/GlafyV>

A Igreja precisa possibilitar e incentivar a construção da autonomia. É a partir dessa percepção que o entrevistado critica as práticas da Igreja e sua relação com a juventude. A Jornada Mundial da Juventude – JMJ, por exemplo, tem uma pedagogia que não conduz “à transformação social” e tampouco possibilita o protagonismo juvenil na Igreja.

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Agenda da Semana

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU programados para a semana de 26-03-2012 a 02-04-2012. A programação completa dos eventos pode ser conferida no site do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 26/03/2012

Hannah Arendt, A (bio)política do social na modernidade

Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/GJCKJc>

Dia 26/03/2012

Evento: Jesus no cinema

Exibição do filme: Jesus Cristo “Superstar” (Norman Jewison, EUA, 1973, Drama, 107min)

Horário: 12h30min às 14h3min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 26/03/2012

Espiritualidade e experiência estética

Palestrante: MS José Maria Fernandes – diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

Horário: 14h às 17h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 26/03/2012

Arte, portal da transcendência

Palestrante: MS José Maria Fernandes – diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

Horário: 19h30min às 21h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dias 26/03/2012 a 14/04/2012

Evento: Ciclo de Estudos em EAD – Sociedade sustentável – Módulo 1

Tema: O estado atual da crise civilizacional: onde estamos

Horário: 19h30min às 21h30min

Local: Plataforma Moodle

Maiores informações: <http://bit.ly/x15DXC>

Dia 26/03/2012

Exibição do filme: Homens e Deuses (Xavier Beauvois, França, 2010, drama, 122 min)

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Horário: 10h às 12h

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 27/03/2012

Exibição do filme: Homens e Deuses (Xavier Beauvois, França, 2010, drama, 122 min)

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Horário: 11h30min às 13h30min

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 27/03/2012

Manifestações do sagrado na arte

Palestrantes: MS José Maria Fernandes – diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

Horário: 14h às 17h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 27/03/2012

Evento: Ciclo de Filmes e Realidades do Brasil: relações de poder e violência

Exibição do filme: Terra Vermelha (Direção: Marco Betis – 108min - drama)

Debatedor: Prof. Dr. Walmir da Silva Pereira - Unisinos

Horário: 19h30min às 22h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/GKNCh6>

Dia 28/03/2012

Homens e Deuses (Xavier Beauvois, França, 2010, Drama, 122 min) – exibição e debate com o Abade Dom Bernardo Bonowitz, OCSO – Mosteiro Nossa Senhora do Novo Mundo, em Campo do Tenente - PR

Horário: 17h às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 29/03/2012

Jesus no Cinema

A paixão de cristo (Mel Gibson, EUA, 2004, Drama, 126 min)

Horário: 12h30min às 14h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 29/03/2012

Audição comentada da cantata Was Gott tut, das ist wohlgetan, BWV 98 e 99, de Johan Sebastian Bach - Profa. Dra. Yara Caznok – UNESP

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 29/03/2012

Experiência estética e espiritualidade na música brasileira

Palestrante: Profa. Dra. Yara Caznok – UNESP

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 29/03/2012

Audição comentada da Via Crucis, S. 53, de Franz Liszt - Profa. Dra. Yara Caznok – UNESP
 Horário: 9h às 11h30min
 Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
 Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

Dia 02/04/2012

Michel Foucault, a biopolítica e o cuidado da vida
 Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos
 Horário: 19h30min às 22h
 Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
 Maiores informações: <http://bit.ly/GJCKJc>

Dia 02/04/2012

O novo mundo (Terrence Malick, EUA, 2005, aventura, 135 min) exibição do filme e debate com a MS Sonia Montaño - Unisinos
 Horário: 19h30min às 22h
 Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
 Maiores informações: <http://bit.ly/z2uDLd>

CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU convida para:

Ciclo de Filmes Jesus no Cinema

Participe desta reflexão que está inserida na programação de Páscoa do IHU em 2012

12 de março - Filme: O evangelho segundo São Mateus
(Pier Paolo Pasolini, Itália, 1964, Drama, 133 min)

14 de março - Filme: Jesus de Nazaré (Franco Zeffirelli,
Itália / Inglaterra, 1977, Drama, 180 min)

19 de março - Filme: A última tentação de Cristo (Martin
Scorsese, EUA, 1988, Drama, 163 min)

21 de março - Exibição de Filme: Jesus de Montreal
(Denys Arcand, Canadá, 1989, Drama, 118 min)

26 de março - Filme: Jesus Cristo "Super Star" (Norman
Jewison, EUA, 1973, Drama, 107min)

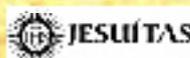
29 de março - Filme: A paixão de Cristo (Mel Gibson, EUA,
2004, Drama, 126 min)

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros
Horário: 12h30min às 14h30

Evento será gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br



O Instituto Humanitas Unisinos – IHU convida para:

Série de filmes do cineasta americano Terrence Malick

Participe deste momento de cinema e debate que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

13 de março - Filme: Terra de Ninguém (Terrence Malick, EUA, 1973, Drama, 93 min)

Debatedor: MS Marcus Mello – Usina do Gasômetro/Porto Alegre

Horário: 19h30min às 22h

19 de março - Filme: Cinzas do Paraíso (Terrence Malick, EUA, 1978, Drama, 95 min)

Debatedor: Prof. Dr. Joe Marçal Santos – PUCRS

Horário: 19h30min às 22h

24 de março - Filme: Além da Linha Vermelha (Terrence Malick, 1998, Drama, 170 min)

Debatedor: Profa. Dra Christa Berger – Unisinos

Horário: 8h30min às 12h

02 de abril - Filme: O Novo Mundo (Terrence Malick, EUA, 2005, Aventura, 135 min)

Debatedor: MS Sonia Montañó – Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

10 de abril - Filme: A árvore da Vida (Terrence Malick, EUA, 2011, Drama, 139min)

Palestrante: Prof. Dr. José Roque Junges – Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Local das exibições: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Evento será gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br



O Instituto Humanitas Unisinos – IHU convida para:

Espiritualidade, arte e cultura

Participe deste momento cultural que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

26 de março

Espiritualidade e Experiência Estética

Horário: 14h às 17h

Arte, Portal da Transcendência

Horário: 19h30min às 21h30min

Palestras com MS José Maria Fernandes – Diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

27 de março

Arte Sacra – Os Ícones

Palestrantes: MS José Maria Fernandes – Diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio, e artista plástica Clarice Jaeger

Horário: 9h às 11h30min

Manifestações do Sagrado na Arte

Palestrante: MS José Maria Fernandes – Diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura – CLFC – PUC-Rio

Horário: 14h às 17h

Local das atividades: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

26 de março a 12 de abril

Exposição de arte sacra (ícones e xilogravuras)

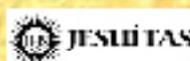
Artista: Clarice Jaeger – Porto Alegre

Local: Sede da Adunisinos – 1G 124, na Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br



O Instituto Humanitas Unisinos – IHU convida para:

Audições comentadas de música clássica e brasileira

Participe deste encontro com a música que está inserido na programação de Páscoa do IHU em 2012

29 de março

IHU ideias: Audição comentada da Cantata Was Gott tut, das ist wohlgetan, BWV 98 e 99, de Johann Sebastian Bach

Horário: 17h30min às 19h

Palestra: Experiência estética e espiritualidade na música brasileira

Horário: 19h30min às 22h

30 de março

IHU ideias: Audição comentada da Via Crucis, S.53, de Franz Liszt

Horário: 9h às 11h30min

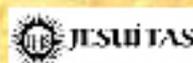
Profa. Dra. Yara Caznok – UNESP/SP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros

Evento gratuito, com as inscrições no local e horário do evento

Saiba mais em:

www.ihu.unisinos.br



Entrevistas de Eventos

“Todo sagrado nasce de um encontro”

Um tema profano pode explicitar o sagrado, pois o sagrado não está na obra, e sim na relação estabelecida entre ela e uma pessoa, explica José Maria Fernandes

POR THAMIRIS MAGALHÃES

A obra não precisa conter algo de religioso para falar do sagrado. Segundo José Maria Fernandes, uma mesma obra pode ter significados distintos para duas pessoas que a contemplam. “Todo sagrado nasce de um encontro. Um exemplo clássico é o chamado ‘sono de Jacó’ – Gen. 28, 10-22. Uma simples pedra adquire o aspecto sagrado, após uma marcante experiência pessoal”, analisa, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. A pedra onde Jacó repousa sua cabeça é uma pedra como outra qualquer, continua José Maria. “É a sua essência, seu significado, podemos dizer é sua identidade profunda, sua interioridade, sua invisibilidade que se faz visível no âmbito do sagrado. A sua exterioridade dá o sentido da matéria; sua interioridade dá o sentido do Espírito; do encontro de ambos – na experiência humana – desvela-se

na profundidade o sentido do sagrado que objetiva o transcendente”.

José Maria Fernandes possui graduação em Artes Plásticas e especialização em Desenho pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Litografia, pela Fundação Guenard – Belo Horizonte e é projetista técnico/civil – Arquitetura pela UFMG/Petrobrás. É filósofo e teólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG e Centro de Estudos Superiores/CIA de Jesus. Possui pós-graduação em Arte Sacra pela Universidade Gregoriana – Roma. Atualmente é diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e responsável pelo projeto de restauração do complexo do Pátio do Colégio, na cidade de São Paulo, além de professor da PUC-Rio em Comunicação. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos relacionar arte e fé?

José Maria Fernandes – Antes de entrar nessa questão, gostaria de esclarecer que existe um fio condutor que costura e entrelaça tudo, quando falamos de arte, espiritualidade, simbólico, transcendência, estética, fé, beleza, sagrado. São elas palavras quase sinônimas. Isso posto, falemos então da relação arte e fé. Desde o alvorecer da humanidade, quando ela quis dizer de outra e invisível realidade, foram a arte e o simbólico as linguagens possíveis para se referir a essa invisibilidade que chamamos de Sagrado. A fé é a expressão verbal, dialógica, do âmbito do sagrado. Ela é o conteúdo e a arte a emba-

lagem, que diz o que contém. Essa é a relação básica entre ambos os elementos – arte e fé.

IHU On-Line – Em que sentido espiritualidade e experiência estética estão relacionadas?

José Maria Fernandes – Espiritualidade é uma forma da relação do ser humano com Deus, suscitada pelo Espírito Santo nos tantos contextos da vida. O grande desafio é sintonizar entre o que o Espírito propõe e as seduções que a vida desperta. São circunstâncias contextualizadas em que necessitamos de Deus, sem, contudo, nos alienarmos do mundo.

A experiência estética nos pos-

sibilita adentrar nas realidades enigmáticas e poderosas que se apresentam nas realidades objetivas – sem objetivar-se – e de se explicar, se expressar e de se articular com os elementos expressivos. Em outras palavras, a experiência estética é o processo na nossa interioridade que aponta sentido para várias situações vivenciadas, sinais, percepções que nos conduzem a um aprofundamento cada vez maior. Um processo existencial que nos aproxima de um transcendente. A experiência estética engrandece a alma e dá sentido à vida de ser humano. Alguém já disse que experiência estética tem algo do sopro do Espírito de Deus e resulta daí sua relação com a espiritualidade.

IHU On-Line – Qual seria a principal diferença entre experiência estética e experiência religiosa? Qual a semelhança?

José Maria Fernandes – Em parte, penso que o falado anteriormente esclarece essa pergunta. Só acrescento que nem sempre uma experiência puramente religiosa me proporciona um sentido maior para a vida. Posso me emocionar, por exemplo, numa bela celebração eucarística pelo contexto, pela música etc. E finda a celebração, finda-se a emoção. É o senso estético, esse dom que conduz a uma passagem de uma situação a outra. A imagem que uso é o sair do real visível para a invisibilidade e retornar à realidade enriquecido com um sentido de mais plenitude de vida.

IHU On-Line – Em que sentido a arte pode ser considerada transcendente?

José Maria Fernandes – A arte não é transcendência, é possibilidade de. Transcendência é a experiência da pessoa diante da arte, seja ela um quadro, um poema, uma música. Expondo melhor, relato um fato marcante na vida do grande compositor Haendel¹.

Diz ele que, uma noite, na parte antiga de Londres, caminhava um tanto abatido e uma aridez no espírito, quando ouviu um grupo ensaiando um salmo. Uma voz se sobressaía dizendo das promessas e do Messias esperado. Aproximou-se atento e fez algumas anotações.

Voltando à casa, relacionou o seu estado pessoal com a situação de um povo à espera de um Salvador e ele relata – “Pouco a pouco meu ser se iluminou interiormente” – e passou a escrever. Ficou nesse estado por 22 dias – “eu estive em transe e vi uma obra criando corpo, um estado que se funda quando uma pessoa anseia algo e se encontra com esse acontecimento histórico que chamamos ‘História de Israel à espera do Messias’. O

¹ **Georg Friedrich Händel** (1685-1759): célebre compositor da Alemanha, naturalizado cidadão britânico em 1726. É considerado um dos grandes mestres do Barroco musical europeu. (Nota da IHU On-Line)

“A fé é a expressão verbal, dialógica, do âmbito do sagrado”

fruto dessa experiência de encontros é sua obra maior – ‘O Messias’². Quando foi apresentada pela primeira vez, a plateia o ovacionou de pé gritando – “Sublime! Sublime!”.

Eis, claro, um exemplo de como as artes podem proporcionar uma experiência de profundo sentido na vida.

IHU On-Line – Qual a diferença existente entre arte religiosa e arte sacra?

José Maria Fernandes – Arte religiosa enfatiza a harmonia das formas, cores, proporções etc. sobre uma temática religiosa; a arte sacra tem por preocupação primeira visibilizar a Teologia e usa para tanto de elementos simbólicos.

IHU On-Line – Quais são as principais características da arte sacra?

José Maria Fernandes – A arte sacra por excelência são os ícones com os seus cânones e a linguagem simbólica das cores; o uso de certos elementos, a estrutura da composição, tudo tem de estar em sintonia com a teologia. O artista não pode se ausentar disso e fazer o que quer. Há um longo processo, desde a escolha do tema à preparação espiritual do iconógrafo, da madeira a ser trabalhada para a pintura à técnica a ser usada. É todo um “anterior” que prece-

² Uma audição comentada do Oratório Der Messias, HWV 56, de Georg Friedrich Händel, foi realizada no dia 26-03-2010, na Unisinos, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, conduzida pela Profa. Dra. Yara Caznok, da UNESP, e integrou a programação de Páscoa do IHU 2010. (Nota da IHU On-Line)

de a obra.

IHU On-Line – Como podemos perceber a manifestação do sagrado em uma determinada obra de arte?

José Maria Fernandes – A obra não precisa conter algo de religioso para falar do sagrado. Uma mesma obra pode ter significados distintos para duas pessoas que a contemplam. Um tema profano pode explicitar o sagrado, pois o sagrado não está na obra, e sim na relação estabelecida entre ela e uma pessoa. Todo sagrado nasce de um encontro. Um exemplo clássico é o chamado “sono de Jacó” – Gen. 28, 10-22. Uma simples pedra adquire o aspecto sagrado após uma marcante experiência pessoal.

IHU On-Line – Qual seria a especificidade da obra que apresenta o sagrado em sua essência?

José Maria Fernandes – Não há nada de específico em uma obra, ninguém diz: “vou fazer uma obra sagrada”. A pedra onde Jacó repousa sua cabeça é uma pedra como outra qualquer. É a sua essência, seu significado, podemos dizer; é sua identidade profunda, sua interioridade, sua invisibilidade que se faz visível no âmbito do sagrado. A sua exterioridade dá o sentido da matéria; sua interioridade dá o sentido do espírito; do encontro de ambos – na experiência humana – desvela-se na profundidade o sentido do sagrado que objetiva o transcendente.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

José Maria Fernandes – Recordo as palavras de Pavel Evdokimov na sua grande obra “La teologia della bellezza”: “ser humano é ter os pés nus, cansados e feridos no difícil caminho terreno; ter os olhos úmidos de lágrimas voltados para o sol e as estrelas e – diante da beleza – encontrar o mistério do sagrado. Ali a beleza torna-se harmonia e a harmonia torna-se arte”.

Entrevistas de Eventos

A transformação da oração em imagem

Na concepção da artista plástica Clarice Jaeger a arte sacra que tem por tema a Paixão de Cristo permite uma reflexão sobre a crucificação. “Com as imagens das obras de arte penetramos no simbolismo desse acontecimento e o efeito que elas provocam nas pessoas faz com que, visivelmente, sintam muito mais a dor e a glória de Cristo”

POR GRAZIELA WOLFART

A fé pode ser vivida de várias maneiras. E uma delas é através da possibilidade de tocar uma obra de arte que represente o sagrado. Afinal, é humano querer sentir a presença física do transcendente por meio do toque, do tato. Esse é um dos sentidos da arte sacra, tema da entrevista concedida à **IHU On-Line**, via e-mail, pela artista Clarice Jaeger. Ela estará na Unisinos de 26 de março a 12 de abril com a exposição de arte sacra (ícones e xilogravuras), na Sede da Adunisinos – sala 1G124, sempre das 19h30min às 22h. Ela também estará ao lado do professor José Maria Fernandes, quando irá falar sobre arte sacra no dia 27 de março. As atividades integram a programação do evento Páscoa IHU 2012 – Fé, Arte, Cultura (saiba mais em <http://bit.ly/GGwJ1B>). Para Clarice, “a arte visual é fundamental para a vivência da fé, pois com a encarnação do filho de Deus podemos ver sua imagem; não é algo abstrato. Como as pessoas

necessitam da foto dos filhos, da pessoa amada, nós necessitamos muito mais da imagem de Cristo para contemplar e sentir seu amor, pedir sua proteção para viver a fé”.

Gravadora, pintora e desenhista, Clarice Jaeger participou de mais de 50 salões, entre os anos de 1979 e 1993, em Porto Alegre e pelo Brasil. Fez inúmeras ilustrações para o Jornal Continente e para a Revista em Pauta e ilustrou livros de poesias e de contos infantis recentemente para a editora japonesa Shinseken. Já ministrou vários cursos de xilogravura e realiza periodicamente palestras sobre o seu fazer técnico. Possui uma obra bastante extensa e tem trabalhos em acervos de instituições culturais, tais como: Museu de Pernambuco, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Museu da Gravura de Bagé, Museu da Xilogravura de Campos do Jordão.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a especificidade da arte sacra de ícones e xilogravura?

Clarice Jaeger – Os ícones são obras de arte realizadas por iconógrafos e artistas plásticos nas técnicas de pintura, mosaico, bordado, no estilo bizantino e russo com temas exclusivamente religiosos dentro da doutrina ortodoxa e católica. O auge dos ícones russos foi nos séculos XIV e XV, mas hoje esta linguagem está sendo muito usada e desenvolvida no Ocidente. No século XII as gravuras sacras na Europa eram multiplicadas com

xilografia, técnica muito usada nos mosteiros pelos monges na reprodução de estampas de santos. E hoje alguns artistas ainda produzem xilogravuras de santos.

IHU On-Line – O que caracteriza a xilogravura sacra?

Clarice Jaeger – A técnica da xilogravura para arte sacra produz um resultado excelente porque sua linguagem direta e forte elimina detalhes desnecessários para ir direto ao assunto, simplificando a mensagem. Foi o que senti ao ilustrar o livro *Arte sacra. Reflexões e imagens*

(Porto Alegre: Editora Padre Reus, 2010).

IHU On-Line – Qual a importância da arte visual para a vivência da fé, ou seja, o ser humano tem a necessidade de visualizar e de tocar em um objeto artístico físico para vivenciar a fé de forma mais plena?

Clarice Jaeger – A arte visual é fundamental para a vivência da fé, pois com a encarnação do filho de Deus podemos ver sua imagem; ela não é algo abstrato. Como as pessoas necessitam da foto dos

filhos, da pessoa amada, nós necessitamos muito mais da imagem de Cristo para contemplar e sentir seu amor, pedir sua proteção para viver a fé. A história da arte é um testemunho da importância da arte sacra para os povos, a qual foi produzida durante séculos. O povo russo, em sua história, quantas vezes levou estandartes com a imagem de Nossa Senhora em guerras, cataclismos, invasões e através da fé alcançaram a proteção. A alegria do povo quando pinto uma imagem para uma igreja gratifica muito o meu trabalho.

IHU On-Line – Como você define, na qualidade de artista, a experiência de produzir arte sacra?

Clarice Jaeger – Defino a minha experiência em produzir arte sacra como oração e concentração

nas coisas de Deus. E quanto mais rezo durante a produção de uma obra sacra me parece que essas orações retornam através das pessoas que, ao visualizar meu trabalho em exposições ou igrejas, sentem uma comunicação divina muito maior.

IHU On-Line – Como define o processo de escolha das releituras de pinturas sacras em seu trabalho?

Clarice Jaeger – A escolha das imagens é feita de acordo com minha vivência de fé, pela necessidade de transformar em imagem minha oração, minha devoção a Nossa Senhora, a Jesus Cristo, aos santos e também pelas solicitações de sacerdotes para pintura de igrejas, membros de paróquias e particulares que me fazem encomendas.

IHU On-Line – Que tipo de reflexão a arte sacra pode provocar neste período de introspecção em preparação à Páscoa?

Clarice Jaeger – A arte sacra que tem por tema a Paixão de Cristo é muitíssimo rica, com muitos artistas e iconógrafos que produziram obras maravilhosas. Refletindo sobre a crucificação com as imagens das obras de arte penetramos no simbolismo desse acontecimento tão importante que será um de meus enfoques na palestra sobre ícones, dia 27 de março, terça-feira. É apaixonante analisar os detalhes de cada obra, sua simbologia e o efeito que provoca nas pessoas que, visivelmente, podem sentir muito mais a dor e a glória de Cristo.

Audição comentada da Cantata Was Gott tut, das ist wohlgetan, BWV 98 e 99, de Johann Sebastian Bach

Palestrante: Prof. Dr^a. Yara Caznok (UNESP)

Dia: 29/03/2012

Hora: 17h30min às 19h

Entrevistas de Eventos

A Igreja feita de homens e de deuses

Dom Bernardo Bonowitz, monge trapista e abade, comenta o filme dirigido por Xavier Beauvois e reflete sobre um trágico episódio que deixou uma lição de seguimento a Jesus

POR GRAZIELA WOLFART

Ao refletir sobre o filme “Homens e deuses” (Xavier Beauvois, França, 2010, drama, 122 min), o abade Dom Bernardo Bonowitz, considera que a obra mostra “um rosto muito lindo da Igreja, no sentido do que poderia ser o seguimento de Jesus. Os monges da Argélia apresentam uma nova possibilidade para a vida religiosa, com uma ênfase muito forte nos valores do Evangelho, com uma adesão muito grande à imitação de Jesus, uma vida religiosa realmente atraente e que também tem a ver com valores da transformação da cultura e da sociedade. E isso é interessante, sobretudo, neste século quando a inter-relação entre o islã e o cristianismo vai ser muito importante para a paz mundial”. Dom Bernardo pertence à mesma Ordem de monges que foram massacrados Argélia, episódio retratado no filme “Homens e Deuses”, que estreou no Brasil em abril de 2011 e que será exibido na Unisinos no próximo dia 28-03, (saiba mais em <http://bit.ly/GGwJ1B>). Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por telefone, o monge trapista explica a decisão de seus companheiros de Ordem em não aceitar ajuda armada em pleno contexto de guerra civil na Argélia, o que os teria exposto à situação de martírio: “Era uma convicção ‘enraizada’ deles, como monges e como seguidores

de Jesus, de que não poderiam ser violentos, por isso não admitiam armas no mosteiro nem aceitavam a proteção da polícia, pois achavam que seria uma contradição radical viver num claustro armado, mesmo eles não carregando armas, mas vivendo sob a proteção de pessoas armadas. Seria um contratestemunho. Por isso preferiram correr o risco. Mas eu acredito que quando eles tomaram essa decisão tinham a esperança de que esta maneira evangélica de viver seria respeitada pelos seccionistas”.

Nascido em Nova Iorque no seio de uma família judaica – e, portanto, judeu –, John Bonowitz, hoje com 62 anos, se converteu ao catolicismo na juventude e ingressou na Ordem dos Cistercienses da Estrita Observância (Trapistas), aos 24 anos, após se formar em Línguas Clássicas pela Universidade de Columbia. Com mestrado em Teologia pela Weston Jesuit School of Theology em Massachusetts (EUA) D. Bernardo Bonowitz (nome religioso) atualmente é abade do Mosteiro Nossa Senhora do Novo Mundo, em Campo do Tenente-PR. Tem seis livros publicados no Brasil, dentre os quais citamos *Os místicos cistercienses do século XXI* (Juiz de Fora: Edições Subiaco, 2005) e *Na presença de seu povo reunido* (Juiz de Fora: Subiaco, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o contexto social e cultural da Argélia em 1996 nos ajuda a compreender o que provocou o massacre dos monges, episódio retratado no filme “Homens e Deuses”?

Bernardo Bonowitz – O contexto era de conflito entre o governo, a polícia militar (do governo) e vários outros partidos, em particular grupos seccionistas muçulmanos. Parece que a presença dos monges criava dificuldades para os dois grupos. Para o governo, a dificuldade era em função do fato de os monges estarem muito ligados com a população local e também por se recusarem a tomar partidos. Para os seccionistas os monges eram estrangeiros, cujo lugar não era mais na Argélia.

IHU On-Line – O senhor conheceu os monges que foram massacrados por muçulmanos radicais no norte da África?

Bernardo Bonowitz – Eu conheci o prior (Christian de Chergé). Ele foi eleito, em 1984, como superior da comunidade na Argélia e veio participar de uma reunião de todos os superiores da Ordem, que se realizou próximo ao meu mosteiro, em Massachusetts, nos Estados Unidos. Eu era noviço naquela época e ele, com os outros superiores, vieram do centro de espiritualidade, onde acontecia a reunião, para passar uma tarde em nossa comunidade. Então eu me encontrei com ele, mas foi um momento muito rápido.

IHU On-Line – Como repercutiu entre os monges da Ordem esse trágico episódio?

Bernardo Bonowitz – Fazia anos que sabíamos da possibilidade de uma tragédia desse tipo, porque no natal de 1993 os seccionistas tinham avisado os monges que eles precisavam ir embora e que, se não saíssem, a vida deles corria perigo. Então, a Ordem vivia com a consciência de uma possibilidade desse tipo. Mas quando aconteceu foi um imenso choque para nós. O abade geral da época era um grande amigo de Dom Christian – o superior – e ficou muito tocado. Eu li várias car-

tas circulares sobre o testemunho e a mensagem deles. Então, desde 1996, o que eles faziam, a sua maneira de interagir com o povo, com um tremendo respeito pelo islã, são elementos que têm entrado na Ordem.

IHU On-Line – Como entender a opção daqueles monges pelo martírio, impedindo a entrada de armas no mosteiro em pleno contexto de guerra civil no país?

Bernardo Bonowitz – Era uma convicção “enraizada” deles, como monges e como seguidores de Jesus, de que não poderiam ser violentos, por isso não admitiam armas no mosteiro nem aceitavam a proteção da polícia, pois achavam que seria uma contradição radical viver num claustro armado, mesmo eles não carregando armas, mas vivendo sob a proteção de pessoas armadas. Seria um contratestemunho. Por isso preferiram correr o risco. Mas eu acredito que quando eles tomaram essa decisão tinham a esperança de que esta maneira evangélica de viver seria respeitada pelos seccionistas.

IHU On-Line – Que tipo de reflexão o filme “Homens e deuses” inspira sobre a benevolência diante da pobreza?

Bernardo Bonowitz – Os monges da Argélia viviam muito ligados à população local, especialmente através dos esforços médicos e, portanto, ficavam muito mais confiantes da situação da população local e criaram um tipo de cooperativa com o povo. Esse foi um dos estímulos para a comunidade, pois o mosteiro, mesmo vivendo em uma situação de claustro, não vivia em isolamento, e precisava ajudar concretamente em relação à pobreza das pessoas da localidade. Desde o tempo dos monges da Argélia as comunidades, em geral, estão experimentando um pouco mais essa proximidade com o povo local, também com iniciativas de ajuda econômica.

IHU On-Line – Como esse debate se relaciona com a Te-

ologia da Libertação e a defesa da Igreja pelos mais pobres e oprimidos?

Bernardo Bonowitz – É possível ver uma ponte entre essas duas vivências. Não sei se os monges da Argélia tinham muita consciência desse movimento. Parece-me que o que eles faziam e a maneira deles de viver não tinham uma base particularmente filosófica, mas era fruto de sua vida de oração e simplesmente por estarem inseridos naquele contexto. Então foi a experiência da necessidade do povo que despertava essa relação.

Ênfase nos valores do Evangelho

Depois da guerra da independência da Argélia houve um grande êxodo de pessoas de origem francesa que voltaram para a França. Aqueles que ficaram tomaram uma decisão de criar uma nova identidade católica, não como dominante, mas com o objetivo de viver em harmonia com a maioria muçulmana e viver como simples testemunhos de Jesus, não fazendo esforço missionário, mas simplesmente ser uma presença de Cristo num país muçulmano. Essa foi a posição do arcebispo, dos bispos e todas as comunidades religiosas adotaram, cada uma a seu tempo, tal atitude de ser uma humilde presença. Nesse sentido, havia uma grande sintonia na Igreja argelina naquela época. O filme mostra um rosto muito lindo da Igreja, no sentido do que poderia ser o seguimento de Jesus. Os monges da Argélia apresentam uma nova possibilidade para a vida religiosa, com uma ênfase muito forte nos valores do Evangelho, com uma adesão muito grande à imitação de Jesus, uma vida religiosa realmente atraente e que também tem a ver com valores da transformação da cultura e da sociedade. E isso é interessante, sobretudo, neste século quando a inter-relação entre o islã e o cristianismo vai ser muito importante para a paz mundial.

IHU On-Line – O diretor Xavier Beauvois utiliza como epígrafe no filme “Homens e Deuses” o seguinte salmo 82: “Vós sois deuses/Todavia

morrereis como homens". Em que sentido, em preparação à Páscoa, esta obra pode nos ajudar a pensar sobre o Jesus que é divino, mas também humano?

Bernardo Bonowitz – É evidente que ele se inspirou nesse salmo para dar o título ao filme. Os monges daquela comunidade eram do primeiro mundo, alguns muito cultos, vinham de mosteiros diferentes da França, mas cada um optava por uma vida monástica mais despojada, mais simples, menos formal, e no meio de uma população sofredora. É um pouco como Jesus que se fez homem, que se fez pobre, e o fez por livre escolha e não por imposição. É interessante que isso marca nossa

Ordem desde o início, pois nossa pobreza é voluntária. Os monges que viveram na Argélia buscaram ser irmãos iguais do povo no meio do qual eles viviam. E diziam que não poderiam fugir, mesmo quando encorajados, porque o povo da aldeia não tinha para onde fugir. Teoricamente eles poderiam ter voltado para a segurança da França, mas o povo da aldeia não. Então, eles fizeram uma escolha, assim como a de Jesus, de não fugir da sua hora e de acolher a possibilidade de martírio. Tenho certeza de que eles estão agora na glória de Deus, depois de terem oferecido suas vidas por amor e solidariedade. Essa é uma vivência pascal.

IHU On-Line – Qual a filoso-

fia de vida de um monge trapista (da Ordem dos Cistercienses da Estrita Observância)?

Bernardo Bonowitz – Nós, trapistas, pertencemos à família beneditina, ou seja, seguimos as regras de São Bento. E o centro da nossa vida é uma busca de união com Deus através da oração contínua e de uma forma particular de seguir a Jesus, pela qual buscamos, primeiramente, ser transformados e, a partir da transformação interior, exercer uma forma de atuação no mundo. Temos uma vida bem definida de oração, de trabalho manual, de liturgia, mas o ponto principal é a união de cada um de nós com Jesus, tanto de forma individual como comunitária.

Leia mais...

>> Confira os materiais publicados pelo site do IHU a respeito do filme *Homens e deuses*:

- * "Homens e Deuses" narra massacre de monges na Argélia, disponível em <http://bit.ly/GHJ0nk>
- * "O espírito de Tibhirine soprou sobre nós", diz cineasta francês, disponível em <http://bit.ly/GVqR5f>
- * O espírito de Tibhirine soprou sobre o Festival de Cannes, disponível em <http://bit.ly/GHJp1>
- * Juri Ecumênico premia filme sobre monges na Argélia, disponível em <http://bit.ly/GRI1F7>
- * Testamento do padre Christian de Chergé, disponível em <http://bit.ly/GIY9FP>
- * Christian de Chergé, o mártir de Tibhirine, disponível em <http://bit.ly/GWMAv9>
- * A história dos monges de Tibhirine, disponível em <http://bit.ly/GJff4e>
- * "Frei Christian foi o verdadeiro catalizador de uma comunhão profunda", disponível em <http://bit.ly/GL480B>
- * A Última Ceia dos monges de Tibhirine antes do martírio, disponível em <http://bit.ly/GU5ccg>
- * Monges de Tibhirine: "Pertenciam a um Outro", disponível em <http://bit.ly/GRXVyi>
- * "O sucesso no cinema revela como é forte o desejo de Deus", disponível em <http://bit.ly/GS4TIS>
- * A outra hipótese sobre os "monges mártires", disponível em <http://bit.ly/GJfpbS>
- * Os "homens de Deus" e o conflito religioso, disponível em <http://bit.ly/GJQHII>
- * "O exemplo dos monges de Tibhirine nos deu um novo elã", disponível em <http://bit.ly/GJsiq5>

Saiba mais...

>> Saiba mais sobre o filme *"Homens e Deuses"*:

Direção: Xavier Beauvois

Com: Lambert Wilson, Michael Lonsdale, Olivier Rabourdin

Gênero: Drama

Nacionalidade: França

Ano de produção: 2010

Sinopse: Década de 1990. Um grupo de oito monges franceses vive em um mosteiro localizado no alto de uma montanha na Argélia. Liderados por Christian (Lambert Wilson), eles vivem em perfeita harmonia com a comunidade muçulmana local. O exército oferece proteção contra as ameaças que surgem, mas os monges a recusam. Preferem levar sua vida de forma simples, dando continuidade à sua missão independentemente do que vier a acontecer com eles.

Entrevistas de Eventos

Bach e Liszt. Música para ouvir, meditar e rezar

POR NATÁLIA SCHOLZ

Nos dias 29 e 30 de março a professora Dr. Yara Caznok comentará as cantatas *Was Gott tut, das ist wohlgetan*, de Bach e *Via Crucis*, de Liszt, além de proferir a palestra *Experiência estética e espiritualidade na música brasileira*, que ocorrerá no dia 29-03 das 19h30min às 22h.

Caznok é graduada em Letras, pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências Letras Cornélio Procópio – FAFI, e em Música, pela Faculdade Paulista de Arte – FPA. Especialista em Educação pela Universidade de São Paulo – USP, cursou mestrado em Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e doutorado em Psicologia Social pela mesma instituição com a tese *Música: entre o audível e o visível* (São Paulo: Edunesp, 2004).

Por e-mail, Yara Caznok disse à **IHU On-Line** sobre os desafios da música erudita hoje. Ela afirma que a repercussão nas rádios e na TV são raríssimas. “O repertório da música erudita precisa de uma estratégia diferenciada para atingir as pessoas que não tiveram a sorte de se encontrar com ela de forma natural, como, por exemplo, em casa, em meio a uma família ou uma comunidade que goste e que cultive hábitos de escuta ou de prática desse gênero musical”.

De acordo com Caznok, como não há nas escolas uma educação musical consistente, “as pessoas não são expostas a essa experiência e, via de regra, consideram-na ‘música de velhos’ ou ‘música de elite’”.

A professora trabalha com atividades de “apreciação musical” para leigos, amadores, jovens ou

adultos e, até, músicos profissionais, as quais consistem em “proporcionar algumas chaves de escuta que aproximam obra e ouvinte. Um dos objetivos é desmistificar a ‘dificuldade’ de acesso que muitos alegam ter na abordagem de uma obra erudita”, explica. Ela diz que a “fruição não é imediata, assim como um texto de Guimarães Rosa ou uma tela de Iberê Camargo. É preciso se habituar a um tipo de relacionamento e de diálogo com a obra que se baseia na frequência, na insistência, na busca e, principalmente, na crença de que há um mundo sensível a ser descoberto e compartilhado que vale muito a pena ser cultivado”.

Yara afirma que “depois de vencido o preconceito e de ter feito algumas experiências gratificantes, o ouvinte se percebe estimulado, capaz e confiante em suas capacidades de escuta e passa a ir buscar, sozinho, a ampliação dessa vivência”.

Segundo Caznok, a cantata e a *Via Crucis* que serão ouvidas e comentadas “são duas obras maravilhosas que trazem vivências espirituais ao mesmo tempo próximas e distintas”. Ela acredita que a audição “trará algo muito especial e intenso aos participantes. Experimentaremos como tornam possíveis, por meio da música, unir sociedades, mentalidades e concepções de mundo aparentemente tão diferentes, mas tão próximas na missão de afirmar a beleza da existência humana e de buscar, pela sensibilidade, o reconhecimento de que a vida é sempre uma benção de Deus”.

Sobre a palestra que ministrará, Caznok diz que a proposta de esti-

mular e instigar os jovens por meio de escuta e de conversas sobre o repertório da música brasileira é desafiadora. “Pretendo propor uma reflexão sobre a capacidade ilimitada da pessoa humana viver uma espiritualidade fincada e conectada com a experiência cotidiana, porém capaz de transcendê-la e de ressignificá-la de forma gratificante e esperançosa. E claro, o melhor instrumento para tal provocação é o belíssimo acervo de canções brasileiras que temos à nossa disposição e que, muitas vezes, nem nos damos conta de seu potencial evocativo, de chamamento a uma vida interna plena de intensidades, de sonhos e sentimentos de afirmação e de realização”.

Johann Sebastian Bach

Sobre Johann Sebastian Bach (1685-1750), que viveu no século XVIII barroco alemão e luterano, Caznok conta que tudo o que ele produziu “foi a expressão de sua intensa fé. Naquele século, a posição do compositor na sociedade ainda era de subserviência às cortes ou às igrejas e a destinação de suas obras era para eventos e para uso “imediatos”, por assim dizer”.

A Cantata BWV 98, “*Was Gott tut, das ist wohlgetan*” (O que Deus faz está bem feito), que será comentada no dia 29-03, das 17h30min às 19h, foi escrita em 1726 para o 21º domingo pós-Trindade e tem como tema principal a confiança em Deus. “É uma cantata concisa (dura 15 minutos aproximadamente), com uma estrutura simples – coro, recitativo, ária, recitativo, ária – bem ao estilo barroco. Seu ambiente espiritual é de intimidade e de confirmação da fé e, em alguns momentos, ela se aproxima da Paixão segundo São

João. Na verdade, toda a magistral obra de Bach, escrita de acordo com o calendário litúrgico, pode ser conectada e mesmo superposta, desfazendo sua linearidade temporal. Isso acontece, pois a unidade que as sustenta e as torna autorreferentes é a sua fé e a sua certeza que todas elas eram dedicadas “à glória de Deus somente” (Soli Deo Gloria, SDG, em sua forma abreviada, como encontrada em algumas das obras de Bach)”, conta Czernik.

Franz Liszt

Já sobre Liszt (1811-1886), a professora conta que ele “viveu no século XIX romântico, período em que a sociedade cultivava a ideia do ‘gênio’, do grande artista virtuoso que se colocava acima dos mortais comuns e sua obra deveria ser a expressão de uma subjetivi-

dade única e livre de imposições sociais”. Liszt era católico de família e “encarnou essa figura de artista excêntrico, mas se recolheu no final de sua conturbada vida afetiva e profissional à Ordem Terceira de São Francisco, em Roma, onde se tornou abade”.

Em sua obra *Via Crucis*, escrita em 1878 e que será comentada no dia 30-03, “encontramos, por um lado, um desejo restaurativo de vivificar as manifestações passionais da Idade Média, com a presença de cantochão e do Stabat Mater como elementos estruturais da condução musical e, ao mesmo tempo, ousados experimentos harmônicos e timbrísticos que anunciam a sensibilidade do século XX”. A obra tem 15 movimentos que “seguem a ordem das estações da Via Crucis (14 paradas, precedidas por

uma introdução) e há momentos especiais nos quais a fruição artístico-espiritual transcende a temporalidade e a vivência da Paixão se torna plena: nas estações 3,7 e 9, encontramos o Stabat Mater agudizando as três quedas de Jesus; o famoso coral luterano característico das Paixões barrocas “O Haupt voll Blut und Wunden” (Oh! face cheia de sangue e chagas) vem na 6ª estação, representando o momento em que Verônica enxuga a face de Cristo, e um outro coral luterano, “O Traurigkeit, o Herzeleid” (Ó tristeza, ó sofrimento/aflição), sublinha o pesar pela morte de Cristo no final da 13ª Estação”.

Para saber mais sobre a programação de Páscoa IHU 2012, confira a programação em <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/agenda/270->.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

IHU Repórter

Vera Maria dos Santos Alves

POR THAMIRIS MAGALHÃES E MÁRCIA JUNGES

Professora de cursos da área de TI, como Ciência da Computação e Sistemas de Informação, Vera Maria dos Santos Alves ingressou na Unisinos como estudante da graduação em Matemática. Gostava muito de matemática, mas não queria dar aulas, e sim dedicar-se à pesquisa, então resolveu mudar de curso, e assim integrou a primeira turma de Processamento de Dados

da Universidade. Como trabalhava com uma linguagem de programação nova, foi convidada a lecionar no curso. Relutante, aceitou “por um semestre”. E lá se vão 35 anos de docência. Hoje, apaixonada por lecionar, apreciadora de viagens, teatro e leitura e fã de MPB Vera Alves conta um pouco mais de sua vida na entrevista que segue. Confira.

Origens – Nasci em Tramandaí e vim para São Leopoldo aos 19 anos a fim de estudar na Unisinos. Meu pai comerciante e minha mãe dona de casa, embora inicialmente insistissem para que eu ficasse morando em casa, me deram apoio e ficaram muito orgulhosos da minha trajetória. Iniciei a graduação em Matemática, mas como na época eu era muito tímida achava que não teria aptidão para dar aulas, pensava em fazer pesquisa. Durante o curso descobri que não teria muitas oportunidades para trabalhar com pesquisa, em matemática e então ingressei no curso de Tecnólogo em processamento de dados.

Logo que cheguei a São Leopoldo, tive certeza de que não sairia mais daqui. E foi o que aconteceu. Fiz de São Leopoldo minha cidade. Aqui casei, tive um filho, descasei e vivo até hoje.

Quem sou eu – Sou uma mulher muito feliz. Adoro minha família e gosto muito do que faço. A cada semestre parece que estou começando, pois a turma é outra. Gosto de ver a evolução do aluno que entra sem saber nada de programação e sai com uma boa base para continuar o curso.

Família - Tenho um filho, o Daniel, de 26 anos, que é estudante da Unisinos no curso de engenharia elétrica.

Estudos – Tudo mudou quando, no curso de matemática, fiz uma disciplina chamada “informática básica” que abordava programação de computadores. Quando estudei esse tema, me dei conta de que queria estar num curso que tivesse programação de computadores como o foco principal. No semestre seguinte iniciei na Unisinos o curso de Tecnólogo em processamento de dados. Saí da Matemática, que havia cursado por dois anos, e mudei de área.

Terminei o curso de Tecnólogo em processamento de dados e fiz especialização em Sistemas de Informação. Posteriormente, fiz mestrado na UFRGS em ciência da computação. Trabalhei em algumas empresas, e também cheguei a ter uma empresa na área de informática.

Hoje, continuo estudando como autodidata para acompanhar as novas linguagens e os novos paradigmas que surgem frequentemente na área de Tecnologia da informação.

Vida profissional – Após concluído o curso de processamento de dados, já funcionária de uma empresa, fiz um curso na IBM sobre uma nova linguagem de programação que estava tendo muita aceitação no mercado. Recebi, então um convite para dar aula na Unisinos em uma disciplina que ensinava essa linguagem, chamada RPG.

Relutei muito porque eu não queria dar aula. O chefe de departamento da época desafiou-me a aceitar pelo menos um semestre, para compartilhar conhecimento sobre essa nova linguagem que quase ninguém dominava. Foi assim que iniciei minha carreira na Unisinos. O que era para ser apenas um semestre já são 35 anos. Descobri minha vocação para dar aulas e passei a concentra-me nelas.

Teatro – Sempre tive atração por teatro, mas nunca tinha experimentado atuar. Foi quando em 1997 nós, do centro de ciências exatas resolvemos realizar uma coisa diferente do que costumamos fazer: uma “Festa dos talentos”. O professor Aníbal Cardoso, da Ciência da computação escreveu a peça “A governadora” e nós fomos os atores. Encenamos a peça em várias ocasiões. Foi uma experiência muito gratificante e inesquecível atuar em uma área totalmente diferente da nossa e onde tudo era improvisado. A Maria Cecília, da Matemática, o Renato Carlson, da Estatística, o Armindo Cassol, ex-professor da Matemática, e eu fomos os atores. Nos apresentamos para os colegas, primeiramente, e depois para os alunos. Na peça havia duas prostitutas como personagens. Uma delas morria e a outra era muito ingênua, cheia de sonhos. A que morria “voltava” na forma de juíza de direito e realizava o sonho da amiga. Depois,



tive oportunidade de atuar em mais duas peças aqui na Unisinos.

Lazer – Gosto de viajar, ler, de ir ao teatro, e caminhar.

Livro – *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez.

Filme – O silêncio dos inocentes, de Jonathan Demme.

Política – É uma pena o que está acontecendo em nosso país. Devido à corrupção e a péssima conduta da maioria dos nossos governantes a política virou sinônimo de falcatura. Penso que as pessoas honestas, com princípios, relutam em entrar nesse campo porque o meio está contaminado e mal visto, e as coisas têm piorado consideravelmente. Cada vez mais, pessoas mal intencionadas ingressam na política para obter vantagens próprias. Todos nós temos uma parcela de culpa, pois criticamos, mas não estamos agindo. No momento que não nos envolvemos, estamos permitindo que isto aconteça.

Religião – Fui batizada na religião católica, mas não sigo nenhuma crença.

Sonho – Ficar um mês ou dois no exterior aprendendo algum idioma e atuar em mais uma peça de teatro. Para os jovens que ingressam hoje em um curso universitário digo que é preciso correr atrás dos sonhos, e não escolher uma profissão somente pelo dinheiro, porque vais passar a maior parte da vida exercendo aquele trabalho. Então, se você não gosta de algo, não continue nessa área. Escolha ser feliz.

Viagens - No Brasil, meus lugares preferidos são Santa Catarina e Rio de Janeiro. No exterior, visitei alguns países como Espanha, França, Itália, Inglaterra, Portugal, Argentina, Holanda. Foram viagens rápidas, mas muito divertidas. Pretendo repetir algumas e conhecer novos lugares.

Frase - Tudo é importante, mas nada é tão importante. Costumo refletir sobre esta frase quando vejo que estou supervalorizando algum problema, algum insucesso, ou uma perda material. Às vezes, lamentamos porque as coisas não aconteceram conforme planejamos. Passado algum tempo olhamos para trás e concluímos que foi melhor assim.

Música – Aprecio MPB, sobretudo Caetano, Gal, Gil.

Unisinos – Me perdoem o lugar comum, mas é, realmente, a minha segunda casa! Passo a maior parte do meu dia envolvida com os assuntos daqui. Posso dizer que cresci dentro da Unisinos, pois foi onde houve a transformação de uma menina tímida do interior na mulher que sou hoje. Todas as fases da minha vida, as perdas, as conquistas e os sucessos foram compartilhadas com meus colegas. Alguns que não estão mais na casa e outros que permanecem. Aqui choramos juntos e rimos juntos. Felizmente, a nossa sala de professores é muito animada e as pessoas são muito solidárias. Tive e tenho grandes amigo(a)s aqui dentro. Aproveito a oportunidade para agradecer a todos pelo apoio que recebi quando passei por momentos tristes. Obrigada, pois sem vocês teria sido mais difícil. Espero que tenhamos, cada vez mais, motivos para comemorar e rir muito, pois esta é a característica da nossa sala.

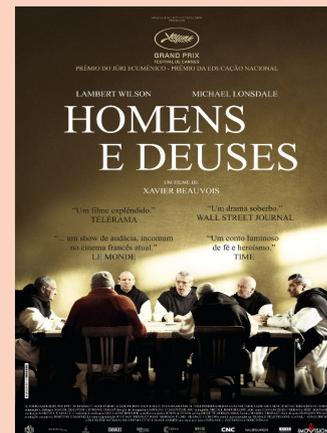
IHU – Gosto da Revista IHU On-Line, embora não consiga lê-la inteira. A equipe inteira merece parabéns pela qualidade da revista.

Homens e Deuses

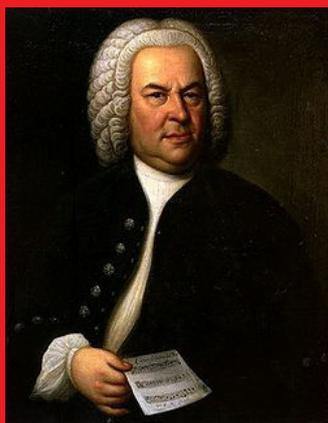


Leia nesta edição uma entrevista com o abade Dom Bernardo Bonowitz, monge trapista, sobre o filme “Homens e Deuses” (Xavier Beauvois, França, 2010, drama, 122 min), que será exibido na Unisinos nos próximos dias 26, 27 e 28 de março, durante a programação do evento Páscoa IHU 2012 – Fé, Arte, Cultura (saiba mais em <http://bit.ly/GGwJ1B>).

Dom Bernardo pertence à mesma Ordem de monges que buscavam o diálogo entre o cristianismo e o Islã, mas que acabaram sendo vítimas de um massacre, episódio retratado no filme em questão. Atualmente, Dom Bernardo é abade do Mosteiro Nossa Senhora do Novo Mundo, em Campo do Tenente-PR.

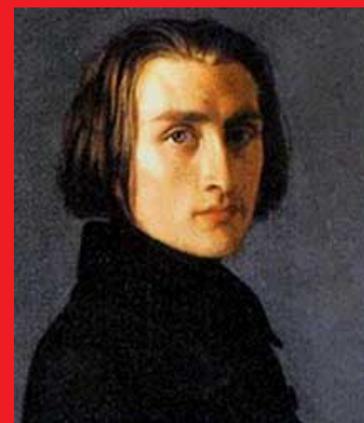


Bach e Liszt. Música para ouvir, meditar e rezar



A música também integra a programação de Páscoa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Nos dias 29 e 30 de março a professora e doutora Yara Caznok, comentará as cantatas “Was Gott tut, das ist wohlgetan”, de Bach e “Via Crucis”, de Liszt.

Além disso, irá proferir a palestra “Experiência estética e espiritualidade na música brasileira”, no dia 29 de março das 19h30min às 22h. Mais detalhes do evento Páscoa IHU 2012 – Fé, Arte, Cultura podem ser obtidos em <http://bit.ly/GGwJ1B>.



A fé e a arte

Nesta semana, haverá um espaço propício para ver, ouvir, sentir e experimentar algo diferente: arte, pinturas, ícones, imagens. Estarão na Unisinos os artistas José Maria Fernandes, jesuíta, professor da PUC-Rio e Clarice Jaeger, conhecida por sua iconografia. Ambos concederam entrevistas sobre o tema, publicadas nesta edição. O assunto também será pauta de uma palestra que será conduzida por eles no próximo dia 27 de março. Entre os dias 26 e 27-03, José Maria Fernandes abordará também os temas Espiritualidade e Experiência Estética; Arte, Portal da Transcendência; e Manifestações do Sagrado na Arte. A exposição de arte sacra (ícones

e xilografuras), de Clarice Jaeger, acontece de 26 de março a 12 de abril na Sede da Adunisinos – sala 1G124, sempre das 19h30min às 22h. As atividades integram a programação do evento Páscoa IHU 2012 – Fé, Arte, Cultura (saiba mais em <http://bit.ly/GGwJ1B>).

